



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

IVANILDO MARCELO PEREIRA CÓ

**TRADIÇÃO ORAL COMO INSTRUMENTO
DE LETRAMENTO DAS CRIANÇAS NA GUINÉ-BISSAU**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

IVANILDO MARCELO PEREIRA CÓ

**TRADIÇÃO ORAL COMO INSTRUMENTO DE
LETRAMENTO DAS CRIANÇAS NA GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte

CÓ, Ivanildo Marcelo Pereira.

C652t

Tradição Oral como Instrumento de Letramento das Crianças na Guiné-Bissau /
Ivanildo Marcelo Pereira Có. - Redenção, 2023.
72f: il.

Monografia - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto De Humanidades E
Letras/malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

1. Letramento. 2. Guiné-Bissau - Letramento ideológico. 3.
Escrita e oralidade. I. Título

CE/UF / Dsibiuni

CDD 372.414

IVANILDO MARCELO PEREIRA CÓ

**TRADIÇÃO ORAL COMO INSTRUMENTO DE
LETRAMENTO DAS CRIANÇAS NA GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em: 5 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Carlos Heric Silva Oliveira

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho, de uma maneira especial, às minhas duas musas: primeiro, a Guiné-Bissau, país que me viu nascer, farei tudo que estiver ao meu alcance para te ver desenvolvida como as outras nações do mundo; segundo a minha mãe que é a mulher que mais admiro nesse mundo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e saúde que me proporcionou durante o processo da escrita deste trabalho. A minha querida mãe, Olivia Augusto Có, mulher humilde e batalhadora, que sozinha conseguiu cuidar de quatro filhos de melhor forma possível, lutou e conseguiu garantir acesso a escola a todos.

Aos meus irmãos Hermenegildo Pereira Có, William Pereira Có e a minha irmã Bianca Pereira Có, por terem me apoiado a prosseguir nessa caminhada e atingir os meus objetivos. E ao meu primo, Domingos Vieira e a minha tia Maria Vieira. De modo particular e especial, os meus agradecimentos vão pelo meu querido professor orientador Doutor Alexandre Cohn da Silveira pela paciência, dedicação, apoio, carinho e atenção dedicado durante a realização desse trabalho, me encorajando e contribuindo para o andamento do aludido trabalho, meu muito obrigado.

Agradeço a todos os entrevistados que disponibilizaram um pouco do seu precioso tempo para responder os questionários da pesquisa, por motivos éticos a qual a pesquisa exige não posso mencionar os nomes, muito obrigado por contribuírem, a vossa disposição contribuiu muito para viabilização desse trabalho.

De uma maneira especial agradeço as pessoas que marcaram a minha vivência em São Francisco do Conde /BA a quem tenho muito carinho, respeito e elevada consideração, Caramó, Seco Mané, Ivanildo Carlos Gomes, Silva Martinho Cá, porque lhes considero de irmãos e aos demais que não citei aqui, sintam-se contemplados.

Para concluir, agradeço a Banca avaliadora composto por Professor Doutor Carlos Heric Silva Oliveira e a Professora Doutora Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre por têm contribuído muito na melhoria do trabalho.

RESUMO

O presente trabalho, tem como a temática “Tradição oral como instrumento de Letramento das crianças na Guiné-Bissau”. Debates a respeito da linguagem escrita e da oralidade e a necessidade do “letramento ideológico” (STREET, 2014), ou seja, um letramento que leva em consideração aspectos como a tradição oral existente na Guiné Bissau. Partiu-se do pressuposto que o letramento vigente no país não leva conta a realidade local e contribui fundamentalmente para desvalorização da cultura guineense. Isto posto, o estudo levanta a seguinte indagação: “O letramento das crianças a partir da tradição oral pode contribuir para valorização da cultura e dos valores da Guiné-Bissau?”. Para resolver esse problema, têm-se como hipóteses: a) letrar com base na tradição oral pode contribuir para que as crianças de diferentes etnias olhem para a diversidade cultural existente no país, como algo potencial e diferente, e não como inferior; b) a introdução da tradição oral de todas as etnias da Guiné Bissau no ensino pode cooperar para eliminar alguns preconceitos linguísticos e valorizar as práticas culturais existentes na sociedade guineense; c) trabalhar o letramento por meio da oralidade em sala de aula pode contribuir muito no resgate dos valores dos nossos ancestrais e no combate ao eurocentrismo. Para ver se essas hipóteses se confirmaram ou não, a pesquisa teve como objetivo geral: Analisar como o letramento das crianças a partir da tradição oral pode contribuir para valorizar a cultura e valores da Guiné-Bissau. Como objetivos específicos: a) descrever o letramento dentro do contexto da formação dos guineenses; b) definir o letramento numa visão africana; c) Explicar a importância do letramento por meio da tradição oral para o desenvolvimento e a socialização das/dos estudantes numa perspectiva multicultural. A pesquisa foi fundamentada em trabalhos de diversos teóricos dentre os quais: Marcuschi (2021), Brandão (2007), Gnerre (1985), Bâ (1957), Street (2014), Kleiman (2005), Soares (2009), dentre outros. No que tange à metodologia, foi adotada a abordagem qualitativa, os procedimentos de coleta de dados são bibliográficos e questionário aplicados aos doze egressos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) de nacionalidade guineense. O resultado da pesquisa aponta que as práticas de tradição oral serviam e servem para educar de modo informal acerca da cultura, valores e coopera para preservação e reforço da identidade guineense, assim, propõe-se a sua inserção no processo de letramento escolar das crianças pois possibilitará a valorização da cultura e valores endógenos. Posto isto, conclui-se que é imperiosa a introdução da tradição oral no processo de letramento escolar, pois à medida que vai contribuir para que as crianças conheçam a diversidade cultural da Guiné-Bissau possibilitará a valorização da cultura e valores inerentes ao país.

Palavras-chave: escrita e oralidade; Guiné-Bissau - letramento ideológico; letramento.

ABSTRACT

The theme of this paper is "Oral tradition as an instrument of children's literacy in Guinea-Bissau". We discuss written language and orality and the need for "ideological literacy" (STREET, 2014), i.e., literacy that takes into account aspects such as the oral tradition that exists in Guinea-Bissau. It was assumed that the literacy in force in the country does not take into account the local reality and fundamentally contributes to the devaluation of Guinean culture. With this in mind, the study raises the following question: "Can children's literacy based on oral tradition contribute to the appreciation of Guinea-Bissau's culture and values?". To solve this problem, the hypotheses are: (a) literacy based on oral tradition can contribute to children from different ethnic groups looking at the cultural diversity that exists in the country as something potential and different, and not as inferior; (b) introducing the oral tradition of all the ethnic groups in Guinea-Bissau into teaching can cooperate to eliminate some linguistic prejudices and value the cultural practices that exist in Guinea-Bissau society; (c) working on literacy through orality in the classroom can greatly contribute to rescuing the values of our ancestors and combating Eurocentrism. In order to see if these hypotheses were confirmed or not, the research had the following general objective: To analyze how children's literacy based on oral tradition can contribute to valuing the culture and values of Guinea-Bissau. The specific objectives were: a) to describe literacy in the context of Guinean education; b) to define literacy from an African perspective; c) to explain the importance of literacy through oral tradition for the development and socialization of students from a multicultural perspective. The research was based on the work of various theorists, including Marcuschi (1997), Brandão (2007), Gnerre (1985), Bâ (1957), Street (2014), Kleiman (2005), Soares (2009), among others. As far as the methodology is concerned, a qualitative approach was adopted, and the data collection procedures are bibliographic and questionnaire applied to twelve graduates of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB) of Guinean nationality. The results of the research show that oral tradition practices have served and continue to serve to informally educate children about Guinea-Bissau's culture, values and cooperate in preserving and strengthening Guinea-Bissau's identity. It is therefore proposed that oral tradition be included in the school literacy process for children, as it will enable them to appreciate endogenous culture and values. Having said this, we conclude that it is imperative to introduce oral tradition into the school literacy process, because as it will help children to get to know the cultural diversity of Guinea-Bissau, it will enable them to appreciate the culture and values inherent to the country.

Keywords: literacy; Guinea-Bissau - ideological literacy; writing and orality.

REZUMU

E tarbadju, ku tene suma asunto, “Tradicon oral suma forma di fasi Letramentu di mininus na Guiné-Bissau”. No discuti a respeito de linguagem kuta skirbidu i di kil kuta papiadu, tambu no papia na necesidadi di fassidu Letramentu idiologico (STREET, 2014), pa splika mindjor, no sta na fala di letramentu kuta leba em consideracom tradicon oral di Guiné-Bissau. no fasi e tarbadju pabia no pensa kuma letramentu ku sta na fasidu inda nano Terra ikata leba em konta no rialidade i sta na djuda inda ku força na tira balur dino cultura, ntom, no tatarbadju fasi e pugunta: “letramentu di mininus ku bazi na tradicon oral pudi djuda pa valoriza cultura i ku baluris dino Terra?”. Pa risolvi e problema, no tene suma hipotizis: a) letra ku bazi na tradicon oral pudi djuda pa mininus kuka djunta raça odja manga di cultura ku tem nano Terra, suma kusas bom, e nao suma kusa kuka bali; b) pui tradicon di tudu raça di Guiné-Bissau na skola pudi djuda pa elimina alguns preconceitos linguisticus i da balur pa praticas culturais ku tem na sociedade guineense; c) tarbadja letramentu atravez di linguagem kuta papiadu na sala de aula pudi djuda tchiu na risgata baluris dino antipasadus i na combati di eurocentrismo. Pa djubi si e hipotizis confirma ou nao, no pesquisa tene bah suma objetivu geral: Analiza kuma ku letramentu di crianças ku bazi na tradicon oral pudi djuda pa valoriza cultura ku baluris di Guiné-Bissau. No tene suma objetivus especificus: a) diskribi letramentu dentru di rialidadi di formacom di guineenses; b) difini letramentu a manera africana; c) splika importansia di letramentu atravez di tradicon oral pa dizinvolvimentu ku socializacom di studantis na perspectiva multicultural. E peskiza tene suma bazi tarbadjus di diferentis studiozus dentri elis: Marcuschi (2021), Brandão (2007), Gnerre (1985), Bâ (1957), Street (2014), Kleiman (2005), Soares (2009), dentri utrus. Na kiku ta toka ku metodologia, i adotadu abordagem kualitativa, manera di rucudji dados ku uzadu i bibliográfikus ku kistionario, fassidu a doze estudantes ku kaba studia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) di nacionalidadi guineense. Resultadu di e tarbadju mostra kuma praticas di tradicon oral sirbi bah i sirbi inda pa iduka di manera informal acerca di cultura, baluris ita kolobra pa preserva i reforca identidadi guineensi, pabia di és i propóstadu entrada na procesu di letramentu kuta fassidu na skola pa crianças, pabia ina posibilida balura no cultura i baluris dino tchon. Pabia di es, no conclui kuma i urgenti utiliza tradicon oral na procesu di letramentu skolar, pabia hora kina kontribui pa crianças kungsi diversidadi kultural di Guiné-Bissau ao mesmu tempu ina cria pusibilidadadi pa balura cultura i ku baluris di propi tchon.

Palabras-tchabi: Guiné-Bissau - letramentu ideolójia; letramentu; skrita i oralidadi.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Regiões administrativas da Guiné-Bissau	26
Quadro 2	Respostas da primeira pergunta	50
Quadro 3	Respostas da segunda pergunta	54
Quadro 4	Respostas da terceira pergunta	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EE - Educação Escolar

ET - Educação Tradicional ou Não Formal

GB - Guiné-Bissau

SAB - Setor autônomo de Bissau

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO I: LINGUAGEM ESCRITA E LINGUAGEM ORAL	16
2.1	A ESCRITA E A ORALIDADE NA EDUCAÇÃO	16
2.2	ORALIDADE E ESCRITA	20
3	CAPÍTULO II: GUINÉ-BISSAU E SUA TRADIÇÃO ORAL	25
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU: GEOGRAFIA E SEUS GRUPOS ÉTNICOS	25
3.2	A ORALIDADE NA SOCIEDADE GUINEENSE	28
4	CAPÍTULO III: CONSIDERAÇÕES SOBRE LETRAMENTO	35
4.1	O TERMO “LETRAMENTO”	35
4.2	O CONCEITO DE “LETRAMENTO”	37
4.3	LETRAMENTO E FORMAÇÃO HUMANA	40
4.4	LETRAMENTO E ORALIDADE	43
5	CAPÍTULO IV: METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	47
5.1	METODOLOGIA DA PESQUISA	47
5.2	DADOS COLETADOS E COMENTÁRIOS ANALÍTICOS	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau (GB) é um país muito rico no que diz respeito ao aspecto cultural pois é uma nação que tem uma grande diversidade cultural, apesar de ser um território pequeno, o qual tem a superfície total de 36 125 Km². Habitam o país vários grupos étnicos e cada um desses grupos tem sua própria língua e suas práticas, porém todas as práticas desses grupos são realizadas de modo oral, porque suas línguas ainda não têm a escrita unificada e formalizada.

O grande desafio de qualquer país do mundo é de ter uma sociedade bem desenvolvida que preserve os seus princípios e valores ancorados na sua cultura. Desse modo, para fazer face a este desafio, muitos têm visto a educação escolar e o letramento escolar como instrumentos fundamentais para esse fim, porque a escola é um espaço onde os indivíduos podem ser letrados em diferentes áreas de saber. Segundo Resende e Maciel (2015, p.162), “o letramento escolar é um tipo de prática de letramento que desenvolve um tipo de habilidade, não outros.” Em outras palavras, é tudo que os indivíduos assimilam quando iniciam a frequentar a escola.

A língua do ensino na Guiné-Bissau é o português que é a língua do colonizador, desse modo, o letramento escolar é muito distante da realidade do país e da população, porque além do processo do letramento escolar não estar a ocorrer na língua autóctone, também as práticas orais do povo guineense não está presente no ensino. De acordo com Rojo (2012, p.11), a escola deve levar em consideração e “incluir nos currículos a variedade de culturas presentes nas salas de aula de um mundo globalizado e caracterizado pela intolerância na convivência com a diversidade cultural, com a alteridade.” Porque introdução da diversidade cultural nas salas de aula pode ajudar no combate a essa intolerância e valorização dessa diversidade.

Face ao exposto, o presente estudo partiu do seguinte problema: “O letramento das crianças a partir da tradição oral pode contribuir para valorização da cultura e dos valores da Guiné-Bissau?” à vista disso, o objetivo geral foi “analisar como o letramento das crianças a partir da tradição oral pode contribuir para valorizar a cultura e valores da Guiné-Bissau”. Além disso, o trabalho é guiado pelos seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever o letramento dentro do contexto da formação dos guineenses;
- b) Definir o letramento numa visão africana;
- c) Explicar a importância do letramento por meio da tradição oral para o desenvolvimento e a socialização das/dos estudantes numa perspectiva multicultural.

Interessamos por esta temática porque acreditamos que este tipo de estudo pode contribuir para a valorização da cultura e dos conhecimentos endógenos e ao mesmo combater os vários

preconceitos implantados pelo colonialismo português que infelizmente ainda estão presentes na sociedade guineense.

É do conhecimento dos estudiosos que as hipóteses é uma tentativa de resposta ao problema levantado, à vista disso, foram apresentadas as seguintes hipóteses que podem ser confirmadas ou não no final da pesquisa. Eis as hipóteses:

a) Letrar com base na tradição oral pode contribuir para que as crianças de diferentes etnias olhem para a diversidade cultural existente no país, como algo potencial e diferente, e não como inferior;

b) A introdução da tradição oral de todas as etnias da Guiné Bissau no ensino pode cooperar para eliminar alguns preconceitos linguísticos e valorizar as práticas culturais existentes na sociedade guineense;

c) Trabalhar o letramento por meio da oralidade em sala de aula pode contribuir muito para valorizar a cultura, resgate dos valores dos nossos ancestrais e no combate ao eurocentrismo.

Para viabilização do trabalho, foi realizada, então, uma pesquisa aplicada e exploratória com abordagem qualitativa, por intermédio do procedimento de pesquisa bibliográfica, estudo de caso e questionário. Na fase inicial do trabalho, foram coletados os textos que julgamos importantes para o trabalho, os quais permitiram o andamento do trabalho e, no segundo momento, foi feito levantamento de dados por meio do questionário e foi utilizado como suporte *Google Forms*, que é um formulário *online* que permite que o entrevistado responda perguntas do questionário e envie para o entrevistador.

O estudo é composto por quatro capítulos, com a exceção da parte introdutória e das considerações finais. No primeiro capítulo, designado de “Contextualização da Guiné-Bissau: geografia e seus grupos étnicos”, foi apresentada geograficamente a posição do país no continente africano, a sua dimensão territorial, o território habitável e a divisão das regiões administrativas. Também foram descritos a quantidade dos indivíduos que habitam o país e o número dos grupos étnicos presentes na GB. Na última parte desse capítulo, foram evidenciadas as práticas da oralidade na sociedade guineense e suas funções.

No segundo capítulo, que foi denominado de “Linguagem escrita e linguagem oral”, foi demonstrado o papel da oralidade e da escrita na educação. Discutimos também acerca da supervalorização da escrita em detrimento da oralidade em algumas sociedades. Além disso, foi discutido o que está na base dessa valorização e, no final, discutimos a razão que conduz uma sociedade a valorizar mais uma modalidade em prejuízo da outra.

No terceiro capítulo, debateu-se a questão do letramento. No momento inicial deste capítulo, o foco foi a origem do letramento e, desse modo, falamos do motivo do aparecimento da palavra letramento e quando é utilizada essa palavra pela primeira vez no Brasil. Na sequência, procurou-se apresentar o conceito de letramento para, depois disso, discutirmos a importância do letramento para formação humana. Encerramos o terceiro capítulo destacando a relevância do letramento e da oralidade como instrumentos de construção e de transmissão do conhecimento e ressaltamos a importância da utilização da oralidade no processo de letramento.

Já no quarto e último capítulo, nomeado de “Metodologia, apresentação e análise de dados”, trazemos a parte mais importante deste trabalho, como teremos a oportunidade de ver à frente. De modo inicial, explicamos detalhadamente a metodologia utilizada neste trabalho para, no segundo momento, apresentarmos os dados coletados no processo de investigação. Foi no decorrer desse capítulo que se progrediu toda a análise e discussão dos dados levantados, sempre procurando estabelecer um diálogo com os sujeitos pesquisados e com as reflexões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores.

2 CAPÍTULO I: LINGUAGEM ESCRITA E LINGUAGEM ORAL

Neste primeiro capítulo vamos dissertar a respeito da linguagem escrita e oral. Desse modo, a nossa discussão vai se centralizar nas questões as quais estão relacionadas à valorização de uma modalidade em detrimento da outra. Sendo assim, esse capítulo é organizado de seguinte modo: No primeiro momento, discorreremos acerca da escrita e da oralidade na educação e, na segunda seção, abordaremos a questão do poder entre escrita e oralidade.

2.1 A ESCRITA E A ORALIDADE NA EDUCAÇÃO

Falar da escrita e da oralidade como duas modalidades de práticas sociais que operam na educação é um pouco complexo. Porque todas as sociedades têm a oralidade e algumas possuem a escrita, desse modo, encontraremos ainda as sociedades que apenas fazem o uso da oralidade no processo educativo e outras que fazem uso da oralidade e da escrita na educação. Sendo assim, se observarmos as comunidades, as quais não possuem a escrita, perceberemos que toda a educação dessa comunidade é feita com base na oralidade, ou seja, todos os conhecimentos, valores, ritos ligados às tradições dos seus antepassados e à construção dos conhecimentos tem como suporte a linguagem oral, também todas as suas práticas sociais diárias.

As sociedades que já experimentaram a escrita ou as sociedades que usam a escrita e a oralidade nas suas práticas sociais cotidianas tendem a valorizar mais a modalidade escrita. Entretanto, as duas modalidades têm os seus papéis fundamentais nessas sociedades, as quais não podem ser confundidas e muito menos dispensadas, esses papéis abrangem o sector educativo desde o informal até o formal. Antes de falarmos dos papéis dessas duas modalidades, é imprescindível esclarecer que a partir de agora vamos passar a usar o termo “modalidade escrita e modalidade oral”, de modo a evitar alguns equívocos, porque a oralidade é muito mais que a produção de discursos. De acordo com Marcuschi (1997), a oralidade seria uma prática social, a qual manifesta-se sob diversas formas textuais que vão desde o informal ao mais formal em múltiplos contextos de sua utilização.

Também acredito que é imprescindível apresentar a definição do conceito de “escrita” para o melhor entendimento do(a) leitor(a). Segundo Marcuschi (1997), a escrita seria, para além de uma tecnologia de representação não concreta da fala, um modo de formulação textual-discursiva com suas especificidades.

Além disso, para entender as funções que a modalidade oral e escrita desempenha na sociedade, é indispensável compreender entre as duas modalidades qual é a que surgiu primeiro.

Desse modo, temos a certeza de que se perguntarmos a um indivíduo entre as duas modalidades qual é a que surgiu primeiro, ele nem pensaria duas vezes, responderia que a modalidade oral é a primeira. Com base na premissa de que quase todos seres humanos falam, entretanto nem todos escrevem, à vista disso, podemos afirmar de maneira segura e inequívoca que a modalidade oral é inerente ao ser humano, desse modo, ela é a primeira.¹

Segundo Graff (1995 *apud* Marcuschi, 1997), a cronologia é muito simples, porque o *homo sapiens* já existe há cerca de milhão de anos e o surgimento da escrita é de 3000 anos antes de Cristo, ou seja, há pouco mais de 5000 anos, tendo sido praticada no ocidente por volta de 600 anos A.C. Desse modo, podemos classificar a escrita como um fenômeno relativamente recente e, que antes da sua existência, todas as tarefas que ela ocupa atualmente na sociedade consideradas letradas eram desempenhadas pela modalidade oral.

Embora a escrita tenha suas especificidades, a modalidade oral também tem e, em nossa sociedade, fazemos os usos dessas duas modalidades levando em conta os momentos de usos, desde os mais formais até os menos informais. Às vezes, fazemos o uso das duas juntamente, por exemplo, quando um pai está a transmitir ao seu filho os valores morais e culturais, os quais recebeu dos seus pais, da sua comunidade e das suas vivências, ele recorre à modalidade oral. Ao redigir um discurso, o indivíduo faz o uso da escrita e, no momento de ensinar a criança a redigir uma carta, faz-se o uso da escrita e da oralidade, porque o instrutor explica ao miúdo como se escreve uma carta, depois avança para a execução de forma prática. Desse modo, podemos concluir que as duas modalidades são usadas em diferentes contextos, às vezes de forma simultânea.

De acordo com Marcuschi (1997), existem práticas mediadas preferencialmente pela escrita e outras pela modalidade oral. Tomemos como exemplo o caso da área jurídica, nesse meio é intenso e rígido o uso da escrita, porque a lei deve ser cumprida “ao pé da letra”. Entretanto, nessa mesma área se faz o uso intensivo das práticas orais, como os ritos dos tribunais. Veja-se que, em um mesmo espaço discursivo e numa mesma comunidade linguística, duas modalidades linguísticas diferentes são utilizadas, ambas fortemente marcadas. Posto isso, é um pouco complexo observar ambas modalidades de forma separada, porque são utilizadas quase o tempo todo, de modo simultâneo. O professor ou educador, na sua prática de ensinar ou instruir, faz o uso simultâneo dessas duas modalidades, mas isso é concernente à educação formal. A oralidade é usada quase em todas as atividades educacionais ao lado da escrita, como

¹ Apenas existem alguns seres humanos que não falam, ou seja, que contem características adequadas a língua de sinais e inadequadas à fala.

na apresentação de trabalhos de pesquisa, nas entrevistas, nos debates acadêmicos, na explicação de matérias etc. A vista disso, estamos cientes de que as duas modalidades se auxiliam quase de maneira permanente no campo da educação formal.

Sendo assim, Marcuschi (1997) afirma que não é possível analisar os fatos da escrita e da oralidade sem fazer menção direta à função das duas modalidades na civilização contemporânea. Desse modo, se observarmos as funções das práticas sociais da escrita e da oralidade em sociedades letradas, sem grande esforço, perceberemos que a escrita é uma tecnologia, a qual possibilita ascensão de um indivíduo a alguns postos de privilégio. Nessas sociedades, é quase o imperativo o seu uso no cotidiano. Ou seja, numa lógica capitalista predominante, a escrita é mais prestigiada e legitimada do que as práticas oralizadas.

Em função disso, Graff (1994 *apud* Marcuschi, 1997) asseverou que numa sociedade como a brasileira, a escrita não é apenas uma tecnologia, uma vez que se tornou um bem social essencial para lidar com os desafios e as exigências do cotidiano, seja nas cidades ou na zona rural. Desse modo, pode ser considerada como crucial à própria sobrevivência.

Todavia, as sociedades de tradição oral, que realizam suas práticas linguísticas sem depender da modalidade escrita sofrem com a inferiorização de sua produção cultural e de conhecimentos diante das imposições da supremacia da escritura. Essa inferiorização é o resultado dos mitos que foram criados acerca da escrita, uma dessas narrativas segundo Gnerre (2009), é que muitos acreditam que a alfabetização é o meio para alcançar o progresso econômico, social e até mesmo cognitivo, sendo assim, essa visão recusa qualquer espaço para modos intermediários de comunicação. Essa perspectiva ainda é defendida pelos leigos da área de linguística.

Sendo assim, a oralidade é vista como algo insignificante na educação formal, pois parece que não há nenhum valor nela, dessa forma, ela é rebaixada e menosprezada. Porém, segundo Stubbs (1980 *apud* Marcuschi, 1997), com base na visão mais central da realidade humana, é possível designar o homem como um ser que fala, entretanto não como um ser o qual escreve. O que demonstra que a escrita veio depois da fala. Nem é necessário realizar uma pesquisa para ver que todos os povos tiveram ou têm uma tradição oral, porém alguns se viram na obrigação de construir uma tradição escrita. Não se trata de elevar a oralidade num grau acima da escrita, mas para demonstrar que a oralidade é anterior à escrita e, acima de tudo, para destacar o seu devido valor.

À vista disso, Marcuschi (1997) reitera que a identificação da primazia ou supremacia estabelecida entre a linguagem oral e a escrita, é até mais fundamental do que analisar a oralidade e a escrita como meras formas de uso da língua. É o trabalho de clarificar a natureza

das práxis sociais, as quais requerem a oralidade e escrita de maneira global. Essas práxis apontam o espaço, a função, e o nível de relevo da escrita e da oralidade num grupo. O autor justifica que a questão de ligação entre ambas seja colocada no centro de um constante sócio-histórico e tipológico.

Dessa maneira, se observarmos a identificação da primazia entre oralidade e escrita, compreenderemos facilmente que a fala é primária, pois uma criança produz sons e, mais tarde, aprende a falar, para, só depois de atingir a idade de ir à escola, iniciar o processo de aquisição da escrita. Como afirma Graff e Frago, citados por Marcuschi (1997), “A fala é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia. A escrita, em sua faceta institucional, se adquire em contextos formais: na escola” (Graff, 1995; Frago, 1994, *apud* Marcuschi, 1997, p.120).

É imprescindível salientar que dissemos que a oralidade é primeira no sentido da existência e aquisição, não no âmbito da superioridade. Seguindo essa ideia, a oralidade tem uma grande importância não só no processo de educação formal, onde é utilizada de uma maneira simultânea com a escrita, mas também é imprescindível nas formas de educação informais, na transmissão de valores e conhecimentos, na construção social da ética e da moral, e na produção cultural de um ser humano, em todas as sociedades. Numa sociedade onde não existe a escrita, a oralidade sozinha consegue mediar a educação de todos os membros daquela sociedade. A sociedade africana era um dos exemplos dessas sociedades que transmitia a maioria dos seus conhecimentos por meio da oralidade. Conforme Cá:

A civilização negro-africano baseia-se na palavra essencialmente oral, complementada por ritos e símbolos, os quais, porém, sem estar associados, à palavra, sem a tradição, tornam-se inteligíveis e ineficazes. Na África, o mundo é dominado pela palavra, que é uma arte, havendo toda uma literatura elaborada com base na oralidade que, na realidade, faz parte da maneira de ser do negro-africano. Neste caso, a palavra não voa permanece e transmite-se piamente de geração a geração, por intermédio de especialistas, isto é, dos mestres, os chamados poços de sabedoria (Cá, 2008, p.24-25).

Na sociedade africana, de modo específico na sociedade guineense, os indivíduos são educados em duas modalidades, as quais são formais e informais. A modalidade formal é dada na escola por pessoas formadas para esse ensino usa a escrita e a oralidade. A modalidade designada de informal é realizada em casa e nas aldeias ou bairros, nos convívios sociais. Os indivíduos são instruídos oralmente por seus familiares e anciões e recebem diversos tipos de instrução, ou seja, aprendem vários ofícios. Agora vamos tentar entender a relação de poder existente entre a modalidade oral e a escrita.

2.2 ORALIDADE E ESCRITA

A partir desse momento a nossa discussão se voltará para o entendimento da relação de poder entre a linguagem oral e a escrita. Hoje há grande discussão à volta do privilégio e poder atribuído à escrita em sociedades de pessoas letradas. Há os autores que defendem a supremacia da escrita em relação à oralidade e, igualmente, existem alguns que reconhecem a grande importância da escrita, porém, discordam da sua superioridade. Sendo assim, observaremos as visões desses autores de modo a entender o que está por trás da supervalorização da modalidade escrita em relação à oralidade.

Neste momento, o nosso foco será entender as visões dos autores que analisam a fala e escrita numa perspectiva dicotômica, para, na sequência, trazeremos a perspectiva de outros autores para o diálogo. Essa dicotomia, denominada de culturalista por Marcuschi (1997), apresenta diferenças na abordagem por parte dos seus defensores. Segundo o autor, há os autores que representam a dicotomia polarizadas e uma visão restringida, conforme ele define, como Bernstein (1997), Labov (1972), Haliday (1985), (na primeira fase), Ochs-Kennan (1979). Do outro lado, Marcuschi apresenta Chafe (1982,1984,1985), Tannen (1982,1985), Gumperz (1982), Biber (1986), Blanche-Benveniste (1990), Haliday/Hasan (1989), os quais, na visão do autor, “percebem as relações fala e escrita dentro de um contínuo, tanto tipológico como da realidade social” (Marcuschi, 1997, p. 127). Na sequência, o autor (1997) afirma que a visão defendida por esses autores se distancia da função social da língua e concentra-se no aspecto linguístico. De acordo com Marcuschi (1997), essa visão, de modo geral, refere-se a um estudo o qual volta ao código e mantém-se na imanência de fato linguístico.

Na sequência, Marcuschi (1997) salientou que alguns estudos atribuem à modalidade oral menor complexidade e à escrita maior complexidade. Segundo o autor (1997), esses estudos demonstram que a cultura oral é caracterizada por pensamento concreto, raciocínio indutivo, atividade artesanal, cultivo da tradição e ritualismo, ao passo que a cultura letrada é descrita por pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, atividade tecnológica, inovação constante e analiticidade. Para Marcuschi (1997), nessas visões, são visíveis a insensibilidade dos seus autores no que se refere à função da língua na sociedade, pois esses estudos não envolvem as práticas sociais, as quais essas duas modalidades desempenham na língua. Também o autor (1997) asseverou que esta visão não serve para tratar relações linguísticas, já que observa a questão em sua estrutura macro, com predisposição a uma observação da construção da razão no interior das atividades psico-sócio-econômico-culturais de uma forma abrangente.

Na mesma perspectiva dicotômica, Marcuschi (1997), posicionou de modo crítico contra tendência polarizada. Iniciou o seu trabalho sobre relações entre a escrita e a fala ressaltando que a inserção da escrita na sociedade foi um feito grandioso, a qual correspondeu uma passagem do mito para história. A seguir afirmou que graças à escrita podemos apoiar nos documentos e com ela foram criadas formas literárias e institucionalização rigorosa do ensino formal, como objetivo principal de toda a formação particular do indivíduo para enfrentar a demanda das sociedades letradas. Na sequência, ele afirma que é vigoroso negar que a escrita possui algum valor intrínseco absoluto com base no lugar que as sociedades letradas as reservaram.

A visão apresentada pelo Marcuschi (1997) é de grande relevância, pois demonstrou a inovação, a qual a escrita trouxe a nossa sociedade, entretanto, creio que atribuir o valor absoluto a escrita é uma ideologia, a qual visa a hierarquização dos indivíduos em sociedades que usam a grafia. Também por de trás da superioridade outorgada à escrita está a intenção de colocar as sociedades orais como inferior de ponto de vista intelectual e cultural. Digo isto, porque quando surge algo novo numa sociedade, a tendência é que esse algo seja monopolizado pelos números reduzidos dos indivíduos, no caso da escrita não aconteceu diferente.

Segundo Brandão (2007), o ensino elementar das primeiras letras surgiu em Roma antes do século IV A.C. Um modelo de ensino que podemos descrever como secundário apareceu no meio do século III a.C. E o ensino que atualmente chamaríamos de superior ou universitário, surgiu no século I a.C. Mas, no decurso de quase toda sua história, o Estado romano não tomou a responsabilidade de educar. Apenas depois do advento do cristianismo, por volta do século IV d.C., de acordo com o autor, é que a escola pública apareceu e foi implementada em todo o império, sustentada pelos cofres do Estado. Desse modo, podemos supor que no decorrer desse período só os que detinham o poder econômico tinham acesso à escrita. Se isso for verdade, o poder absoluto atribuído à escrita serviria como elemento de divisão de classes dentro de uma sociedade.

Brandão (2007) explica ainda que, depois que o estado romano assumiu a responsabilidade da educação do seu povo, criou-se um sistema de ensino apartado, o qual visava proporcionar apropriação da escrita em diferentes níveis por parte dos indivíduos pertencentes àquela sociedade. Conforme Brandão (2007), a educação romana está dividida em duas vertentes: a primeira, denominada de “oficina de trabalho”, era frequentada por filhos dos escravos, dos servos e dos trabalhadores artesões; a outra era a “escola livresca”, na qual estudavam os futuros senhores e os seus mediadores, que são os futuros funcionários burocratas do Estado ou de negócios particulares. Estava, assim, criada a diferenciação de acesso à

educação e aos saberes conforme as classes sociais dos estudantes e, nessa organização educacional diferenciada, as letras pertenciam ao universo dos saberes destinados aos que compunham as elites da época, o que contribui para uma valorização acentuada da modalidade escrita da língua sobre as práticas da oralidade.

Em relação a essa visão que Marcuschi designa de culturalista a qual engrandece a escrita ao atribuir-lhe maior complexidade em relação à modalidade oral, Gnerre (1985 *apud* Marcuschi, 1997), asseverou que há problemas nessa perspectiva. Na visão de Gnerre (1985), esses problemas podem ser reduzidos a três pontos: etnocentrismo, supervalorização da escrita e tratamento globalizante. O “etnocentrismo”, na perspectiva do autor, consiste em observar a cultura exógena a partir da própria cultura e valorizar os atributos no interior de uma visão endógena.

Desse modo, Gnerre chama atenção para o fato de que, diferente do que muitos pensam, a inserção da escrita em uma comunidade não garante a alfabetização de todos os membros dessa comunidade, exatamente porque a escrita foi controlada significativamente por grupos de elite reduzidos e a modalidade oral, apesar de existir paralelamente à escrita, não tinha espaço de privilégio social. Desse modo, seria desleal afirmar que a escrita é superior à oralidade, porque aquela acaba sendo apropriado apenas por um pequeno grupo de pessoas, enquanto estas e todas as demais possuem práticas de oralidade no convívio social. À vista disso, colocar a escrita na posição de superioridade é criar condição para uma divisão de privilégios na sociedade e colocar os povos de tradições orais em posição de inferioridade. Conforme Gnerre (1985 *apud* Marcuschi, 1997), agir assim leva a uma posição de supremacia das culturas de tradição escrita, ou até mesmo dos indivíduos que se apropriam da escrita dentro de uma sociedade desigualmente desenvolvida. Também, para Gnerre, essa visão globalizante revela uma falta de atenção quanto à realidade de que não existem sociedade letradas, mas grupos letrados, que são elites, as quais possuem poder social. Assim sendo, mesmo que toda a sociedade seja letrada, há níveis diferentes de letramento entre os indivíduos da mesma sociedade.

A hipótese que podemos produzir a partir dessa argumentação é que a colocação da modalidade escrita numa posição superior tem a ver com a questão ideológica dos grupos que dominam mais essa modalidade, o que movimenta uma idealização de superioridade cultural e desenvolvimento no imaginário social, alimentando políticas linguísticas focadas na escrita e que, ao mesmo tempo, tendem por desprezar o valor das culturas ágrafas. Diante disso, entende-se a relação entre pobreza, escassez e vulnerabilidade social com o analfabetismo, assim como se entende por que os saberes tradicionais, os conhecimentos populares, não possuem espaço

adequado na educação formal. Entendemos, ainda, quais nações estão na centralidade do poder no cenário global e quais são, historicamente, deixadas à margem.

De acordo com Bâ (1957), quando falamos de tradição em vinculação à história africana, estamos nos referindo à tradição oral, e nenhum empreendimento de penetrar a história e o espírito dos povos africanos será válido, a não ser que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, o qual é transmitido pacientemente de boca a ouvido, de mestre ao seguidor, ao longo dos séculos. Essa herança ainda existe e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer serem a memória viva da África. O argumento de Bâ demonstra que, apesar dos povos africanos terem conhecido e experimentado a modalidade escrita, entretanto ainda valorizam muito a oralidade, a ponto de qualificarem de insignificante todas tentativas de entrar no íntimo da história e do espírito dos africanos, se não for por meio da oralidade.

A grandiosidade atribuída à modalidade escrita pelas sociedades ocidentais é uma estratégia de colocar as suas sociedades na primeira posição da hierarquia, entretanto as sociedades com culturas orais nunca aceitaram essa posição de superioridade. Nesse sentido, Gnerre (2009) aponta, através das palavras de Means (1981), um caso de rejeição consciente da escrita pelo líder índio norte-americano Cano Russel, o qual asseverou que:

O único início cabível numa declaração deste género é que eu detesto escrever. O próprio processo resume o conceito europeu do pensamento legítimo: o que é escrito tem uma importância que é negada ao falado. A minha cultura, a cultura Jakota tem tradição oral e, portanto, eu usualmente rejeito escrever. Um dos meios de que se vale o mundo dos brancos para destruir as culturas dos povos não europeus é impor uma abstração à relação falada de povo. Por isso, o que você lê aqui não é o que escrevi. É o que eu disse e outra pessoa escreveu permito que assim seja feito porque me parece que a única via de comunicação com o mundo dos brancos são as folhas mortas e secas dos livros (Means, 1981, p.49 *apud* Gnerre, 2009, p. 53).

A afirmação de Means expõe claramente o desprezo que ele tem pela escrita, pois ele acredita que a superioridade da escrita pelos europeus tem como objetivo rebaixar e eliminar as culturas orais. Porém, em circunstância alguma, Means afirmou que a modalidade oral é superior à escrita, o que nos revela que, na perspectiva dos povos de tradições orais, nenhuma das modalidades é superior. Sendo assim, podemos constatar que a escrita além de não ser o único instrumento de comunicação, também não é o único meio, o qual pode ser utilizado para construção do conhecimento. As duas modalidades desempenham esse papel nas sociedades que usam a escrita, entretanto, nas sociedades de tradições orais, a fala é utilizada para comunicação, construção de conhecimento etc.

Posto isso, segundo Bâ (1957), “Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra” (Bâ, 1957, p. 168). Desse modo, fica evidenciado o valor que as duas modalidades ocupam em sociedades letradas, ou seja, a oralidade é muito mais valorizada na sociedade orais e a escrita é de grande prestígio na sociedade que tem longa tradição de uso dessa tecnologia.

Segundo Marcuschi (1997), é importante salientar que não há consenso concernente ao privilégio da escrita em relação à oralidade na própria sociedade gráfica. Isto é, mesmo na sociedade em que as pessoas utilizam a escrita, nem todos os indivíduos privilegiam a escrita, por exemplo, nas cerimônias tradicionais de grande relevância é privilegiado o uso da modalidade oral, desse modo, esse privilégio varia.

De acordo com Gnerre (1983), falta-se uma visão homogênea relativamente à posição e privilégio da escrita, em outras culturas. Por exemplo, apesar de existir uma duradoura tradição da escrita no caso da Índia, atribui-se valor significativo à memorização. Sendo assim, segundo Bright, (1982), “do ponto de vista hindu podemos dizer que uma pessoa conhece somente o que ela memoriza; se ela é capaz de lembrar alguma coisa somente através do uso de um livro, ela somente tem um conhecimento superficial daquele tópico. [...]” (Bright, 1982, p. 16 *apud* Gnerre, 1983, p. 50-51).

Desse modo, se levamos em conta tudo o que temos visto até aqui, podemos afirmar que tanto a modalidade oral como a escrita têm o seu valor levando em conta o contexto, portanto afirma o Marcuschi:

Tanto a fala como a escrita refletem formas de organização da mente através das representações mentais. Podemos observar que a construção de categorias para a reflexão teórica ou para classificação são tanto um reflexo da linguagem como se refletem na linguagem. Seria útil ter presente, desde logo, que assim como a fala não apresenta propriedades intrínseca negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. São modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas (Marcuschi, 1997, p. 134).

Após essa abordagem exaustiva sobre a escrita e a oralidade, conclui-se, então que ambas as modalidades têm grande importância, nenhuma das modalidades deve ser privilegiada em detrimento da outra. Agora vamos passar ao segundo capítulo do nosso trabalho, nesse contextualizaremos a GB de modo geográfico, quer dizer, onde o país se situa geograficamente, tamanho da sua extensão territorial e o número de habitante e grupos étnicos que residem naquele espaço. Em seguida, explicaremos como funciona a oralidade na sociedade guineense.

3 CAPÍTULO II: GUINÉ-BISSAU E SUA TRADIÇÃO ORAL

Neste capítulo, debruçaremos sobre a GB e sua tradição oral. Sendo assim, no primeiro subcapítulo o nosso foco será a contextualização da Guiné-Bissau de modo geral. Já, na segunda parte do capítulo, serão explicados alguns papéis exercidos pelas práticas orais na sociedade guineense em diversos aspectos.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU: GEOGRAFIA E SEUS GRUPOS ÉTNICOS

A GB é um país pequeno de 36.125 km², localiza-se na costa oeste do continente africano. Entretanto, a superfície habitável é de 24 800 km², devido às inundações das marés fluviais e ao alagamento periódico provocado pelas chuvas. O país é restrito, ao norte, pelo Senegal e, a leste e sudeste, pela República da Guiné (geralmente designada de Guiné-Conakry) – ambos países são ex-colônias francesas. Toda a dimensão a oeste é banhada pelo Oceano Atlântico, exceto a área continental, que é o arquipélago dos Bijagós, constituído por noventa e três ilhas e ilhéus, em grande parte, desabitados (Augel, 2007, *apud* Santos, 2015). A extensão territorial do país está segmentada em um setor autônomo e oito regiões administrativas que, por sua vez, subdividem-se em 37 setores (Fanda, 2013 *apud* Santos, 215, p. 9), conforme se explicita no Mapa 01. A divisão da população de acordo com regiões administrativas é representada no quadro 01.

Figura 1 - Mapa político da Guiné-Bissau



Fonte: <http://www.africa-turismo.com/guine-bissau/pais.htm>

A República da Guiné-Bissau está dividida em oito regiões administrativas as quais são: Bafata, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali e um setor autônomo designado de Bissau (SAB) que é a capital do país. Além de Bissau, que é a capital, cada região tem a sua respectiva capital. No quadro 1 abaixo, podem ser observadas as oito regiões administrativas da Guiné-Bissau e suas devidas capitais.

Quadro 1 - Regiões administrativas da Guiné-Bissau

Regiões administrativas	Zona de localização	Capitais
Bafatá	Leste	Bafatá
Biombo	Norte	Quinhamel
Bolama	Sul	Bolama
Cacheu	Norte	Cacheu
Gabu	Leste	Gabu
Oio	Norte	Farim
Quinara	Sul	Buba
Tombali	Sul	Catió

Fonte: elaboração própria.

Posto isso, a partir deste momento, vamos passar a fazer contextualização dos habitantes da GB. Desse modo, a população guineense era muito inferior, entretanto, com o decorrer do tempo, cresceu-se significativamente. Segundo Scantamburlo (2013 *apud* Santos, 2015), na década de 1950, a população da Guiné Bissau era de 505.000 habitantes. Esse número triplicou nos dias atuais, a esmagadora maioria da população habita no campo (interior ou zona rural) e apenas um quarto vive em Bissau. Atualmente, estima-se que a população da Guiné-Bissau possui em torno de 2.066.410 habitantes (Conuntrymeters, 2022).

A República da Guiné-Bissau, embora seja um país pequeno, é um país muito rico do ponto de vista cultural, pois possui vários grupos étnicos e cada grupo, de modo específico, tem sua identidade própria, incluindo aspectos como língua, dança, formas de casamento, música, ritos iniciatórios etc. Segundo Bicari (1990), no território da GB, encontram-se vários povos que, apesar de possuírem elementos culturais essencialmente comuns, diferenciam-se ao se levar em conta alguns aspectos, por exemplo, o sistema de produção e subsistência, a organização do trabalho, relações familiares, relações sociais e a estruturação dos poderes políticos e religiosos (BICARI, 1990 *apud* Scantamburlo, 2013 *apud* Santos, 2015).

É de grande relevância salientar que não há consenso entre os pesquisadores guineenses concernente ao número de etnias existentes na Guiné-Bissau e da sua respectiva população. Para ilustrar melhor essas ideias, apresentaremos os dados trazidos no trabalho de Namone (2020). O país é muito rico e diverso no que tange à diversidade cultural e linguística, essa riqueza é o resultado da existência de muitos grupos étnicos que os compõem, dentre os quais se destacam: Fulas 28.5%; Balanta 22.5%; Mandinga 14.7%; Pepel 9.1%; Manjaco 8.3%; Beafada 3.5%; Mancanha 3.1%; Sem etnia 2.2%; Bijagós 2.1%; Felupe 1.7%; Mansoanca 1.4%; Balanta Mané 1.0%; Nalu 0.9%; Saracule 0.5%; Sosso 0.4%. Também há subdivisão dentro dos respectivos grupos. Cada grupo dispõe de uma língua própria e modo específico de transmissão e produção de conhecimento/saber, fundamentada essencialmente na tradição oral (INEC, 2009 *apud* Namone, 2020).

Além da diferença acima descrita, também há diferença envolvendo a localização geográfica das etnias, por exemplo, entre as etnias que se concentram nos litorais e as do interior. Augel (2007) explica que mandingas e fulas, grupos étnicos majoritariamente muçulmanos, distinguem-se mormente dos povos costeiros pela sua estruturação política, assente em uma sociedade hierárquica, com poder centrado e uma divisão ‘vertical’ de classes. Dedicam-se, precipuamente, a prática comercial e pastoreio, habitando zonas mais distantes, no interior. Já os grupos étnicos do litoral, de acordo com o mesmo autor, predominantemente de religião tradicional africana, como os Balantas, Manjacos, Papeis e Bijagós, tem uma economia particularmente agrícola e agropecuária de subsistência, além de possuírem uma organização social horizontal baseada no núcleo familiar (Augel, 2007 *apud* Santos, 2015).

Além disso, apesar de o país ser muito heterogêneo no que diz respeito à língua, religião e cultura de modo geral, as relações entre as etnias decorrem de modo aprazível. Há, por exemplo, casamentos entre pessoas pertencentes a grupos étnicos diferentes e casamentos interreligiosos. Embora o país possua uma grande diversidade linguística, também existe na GB a língua crioula (guineense), que não é a língua de um grupo étnico específico, pois é usada por todas as etnias, ou seja, essa língua permite a interação entre todos os grupos étnicos existente na Guiné-Bissau. Desse modo, podemos afirmar que o crioulo (guineense) é a língua da unidade nacional, porque propicia a interação interétnica. No próximo subcapítulo, discorreremos acerca da oralidade na sociedade guineense.

3.2 A ORALIDADE NA SOCIEDADE GUINEENSE

Após a contextualização da GB em termos geográficos, no âmbito da divisão dos seus grupos étnicos, os seus modelos de sociedade e tamanho da sua superfície total, neste momento, nos concentraremos em entender como a oralidade funciona na GB. A oralidade é uma modalidade de uso da língua que está presente em toda a civilização humana. Entretanto, a sua valorização varia de sociedade para sociedade. Sempre foi utilizada como o meio de transmissão e de produção de conhecimentos, todavia, existem sociedades que menos valorizam essa modalidade, tendo mais enfoque de valor na modalidade escrita da língua. Da mesma forma, existem sociedades as quais valorizam muito esta prática, considerando-a algo de grande importância para a sociedade.

A sociedade europeia é uma das sociedades que desvalorizam a oralidade, e, do lado oposto, estão as sociedades africanas, as quais dão muito valor a essa modalidade de uso da língua. Nessas sociedades, a tradição oral é de fundamental importância para a transmissão dos conhecimentos. Segundo Bâ (2010), quando se fala da tradição oral em relação à história africana, trata-se de entender que não há como penetrar a história e o espírito dos seus povos a não ser que se apoie nessa herança de conhecimento, a qual é transmitida de boca a ouvido, de mestre ao seguidor, ao longo dos séculos e gerações. Desse modo, podemos perceber que, na perspectiva do autor, a oralidade é vista como a essência da cultura africana.

Sendo assim, na África subsaariana, a tradição oral é uma prática muito valorizada e a GB, sendo um dos países situados nesta parte da África, se enquadra nessa realidade. À vista disso, a tradição oral, antes da chegada do colonizador, era considerada algo de grande valor por todos os nativos e era o único meio de transmissão do conhecimento.

Também podemos perceber que no cotidiano do guineense a modalidade oral é de suma importância ou é indispensável. Pois mesmo em Bissau, onde concentra maior número de pessoas escolarizadas, o contrato de arrendamento da casa é feito por meio da palavra. Na GB, o uso da oralidade é dominante, tanto no interior como na capital, por exemplo: com base na minha experiência, suponho que em todos os mercados da Guiné-Bissau menos 10% das lojas emitem a nota fiscal, e aqueles que emitem muitas vezes o comprador dispensa o recebimento dessa fatura, devido à cultura da oralidade. Entretanto, é importante salientar que caso o indivíduo receba um produto que não presta ou estragado pode devolver sem apresentar a nota fiscal, porque a palavra ainda tem grande peso na sociedade guineense.

É de grande relevância salientar que, às vezes, quando o comprador exige a emissão de uma nota fiscal/fatura, no momento da compra de um produto ou contrato de

arrendamento/locação ou compra de um serviço, porque é muito importante para ele, o dono da loja/casa acaba por providenciar para satisfazer a vontade do cliente ou inquilino, entretanto, isso é raramente verificado entre os guineenses porque eles sabem qual é o valor da palavra. Mas, infelizmente, esse valor atribuído à oralidade está a ser ameaçado devido à supervalorização da escrita nos espaços formais ou nas instituições do país, por exemplo, até a data de nascimento da pessoa é questionada na ausência de um documento designado de bilhete de identidade ou registro civil.

Depois da invasão dos colonialistas e ad sua permanência no país durante cinco séculos, a oralidade deixou de ser o único meio de transmissão e produção de conhecimento. No decorrer desse período, os portugueses implementaram uma nova forma de ensino e esse modelo tinha como base a língua escrita. Segundo Cabral e Andrade (1978 *apud* Cá, 2011), o objetivo da implantação dessa nova forma de ensino era transformar o indivíduo colonizado num português, conduzindo-o ao esquecimento ou à rejeição das suas tradições culturais. De modo geral, percebe-se a intenção de apagamento das histórias dos povos africanos de tradição oral, o que, todavia, não teve êxito total, pois apenas conseguiram um número reduzido de africanos assimilados.

Desse modo, a oralidade ainda é uma prática muito presente na GB, embora o país possua uma forte presença de práticas linguísticas escritas. À vista disso, na sociedade guineense, o modo mais explorado para transmissão e edificação do conhecimento é a tradição oral, porque nenhuma das línguas étnicas existente na GB tem a sua respectiva modalidade escrita uniformizada legitimada. Sendo assim, todas as práticas sociais desses grupos étnicos são feitas por meio da oralidade, por exemplo, as práticas educativas não formais e as práticas culturais. A única língua a qual possui a modalidade escrita uniformizada e formalizada é a língua portuguesa que é a língua do colonizador. Desse modo, podemos afirmar que a educação/instrução tradicional (ET)², ou não formal, da maior parte do guineense ou de todos é baseada na oralidade, porque a maior parte dos guineenses está fora do sistema da Educação escolar (EE) ou formal.

Além disso, de acordo com a minha experiência como guineense que viveu a maior parte do tempo no país, posso afirmar que na GB há dois modelos educativos: educação tradicional (ET) – educação não formal – e a Educação Escolar (EE) – Educação Formal. A educação escolar formal é legitimada pelo estado e a tradicional não. Mas a ET é adquirida por todos, ou pela maioria, porque é ministrada no meio familiar e na comunidade exclusivamente. A

² A Educação tradicional (ET) que refiro aqui é aquela educação essencialmente oral, ou seja, que dispensa a utilização de materiais escritos.

oralidade não está estruturada em disciplinas e em níveis, ao passo que a EE é dada dentro de uma estrutura denominada “Sistema Educativo”, com organização curricular e conteúdo programático, realizada, fundamentalmente através da linguagem escrita. Assim sendo, podemos dizer que a oralidade é uma prática permanente no cotidiano do guineense.

Na EE, a modalidade da língua mais explorada é a modalidade oral, entretanto, a mais valorizada é a modalidade escrita. Afirmamos isso, porque somos fruto dessa educação. Sendo assim, temos propriedade para falar disso. Na aula, o professor consome mais tempo a falar do que a escrever, pois explica o conteúdo de modo oral e, no momento de escrever, às vezes, o professor redige o assunto no quadro para que os estudantes copiem, às vezes, oraliza a matéria e os estudantes escutam e escrevem nos seus respectivos cadernos, desse modo, percebemos que a maior parte de aula é feita através da oralização, mas mesmo assim a modalidade mais valorizada é a escrita.

Posto isto, na sociedade guineense, de modo específico na ET, a oralidade é utilizada de várias formas na comunidade para educar os indivíduos, através de alguns meios como a contação de histórias, provérbios, música etc. As pessoas que têm mais propriedades para transmitir esses conhecimentos são os mais velhos (homens e mulheres). Esses conhecimentos são fundamentais para vida do indivíduo e da comunidade, podem ser transmitidos no momento de trabalho, de lazer ou em qualquer outra circunstância.

Sendo assim, vamos ilustrar como é que esses métodos são utilizados para educar os indivíduos na sociedade guineense. Iniciaremos com a contação de história, que é uma prática geralmente utilizada por todas as famílias, sejam elas das zonas rurais ou urbanas. A história desempenha o papel de divertir o indivíduo e simultaneamente de educá-lo. Essa prática é feita, costumeiramente, à noite, quando as crianças se sentam à volta do fogo, às vezes, para escutar o conto ou a história narrado/a por uma pessoa mais velha (Avó, Avô pai, mãe, tia, tio ou irmão) e, no final, as crianças são interrogadas sobre a moral da história, desse modo, para desvendar a moral da história, é necessário a análise profunda para descobrir a lição que a história ensina. Esse método de fazer o indivíduo refletir para descobrir o ensinamento da história é uma das formas de ensiná-lo a fazer o raciocínio lógico, quando se depara com uma situação misteriosa.

As histórias, por sua vez, têm o papel de formar o indivíduo culturalmente e de conscientizá-lo acerca da vivência dos seus ancestrais. Os contos narrados por mais velhos, às vezes, são reais, outras vezes são apenas invenções dos mais velhos, que têm como finalidade educar os mais novos. Também podem ser contos ouvidos dos antepassados e transmitidos para a nova geração. Esses mais velhos, os quais preservam as histórias e contos em suas memórias, são os que o Bâ (2010), denomina como “depositários de conhecimento”.

Para além da valiosa contribuição da contação de história, também tem a música, que é uma prática da oralidade muito usado por grupos de *Mandjuandade*³. Todas as músicas feitas por esses grupos, antigamente, eram compostas e materializadas de modo oral, porque todos os membros dos grupos eram analfabetos. Ainda na atualidade, muitas dessas músicas são feitas de forma oral, ou seja, não há escrita dessas cantigas. O cantor/a do grupo faz a composição da música sem suporte da escrita e deixa tudo armazenado na sua memória, quando surge uma atividade festiva (cerimônias de casamento, almoço de confraternização, *toca choro*⁴ e etc.) ela/e materializa a sua composição. Além disso, o/a cantor/a pode observar o ambiente de convívio e faz a composição e apresentação daquela música no mesmo dia. Essas músicas não são gravadas, apenas encontram-se armazenadas na memória do/a compositor/a e dos que as escutaram. Os instrumentos utilizados para acompanhar a fala do/a cantor/a são: Sikó, Tina e Palmo.⁵ Vale ressaltar que, recentemente, um músico⁶ da nova geração gravou muitas dessas músicas antigas dos grupos de *mandjuandade* com objetivo de preservar este patrimônio cultural deixado por nossos antepassados. E a investigação e gravação dessas músicas foi patrocinada pelo fórum Macau⁷. Os conteúdos dessas músicas, na sua maioria, são críticas ao desvio da conduta/norma que regulamenta a sociedade guineense ou uma determinada comunidade do país. De modo semelhante, algumas composições desses grupos, enaltece, em

³ “As mandjuandades são associações voluntárias e democráticas, nas quais o poder deliberativo compete aos membros reunidos em assembleia geral, que elege os titulares para os cargos dirigentes, e que legitima o seu poder. as deliberações mais importantes são debatidas em assembleia, nas quais o direito à palavra é igual para todos os membros, e as resoluções são tomadas por consenso. A igual participação financeira dos associados fundamenta o igual tratamento de todos os membros, com igual poder, pelo menos de palavra, e idênticos deveres e direitos.” (Borges; Freitas, 2005, p.39)

⁴ Toka-tchur (toca choro) é uma cerimônia tradicional realizada pelos balantas e outras etnias guineenses. Esse evento é imprescindível para a liberação das almas dos falecidos do “purgatório” (lugar onde as almas ficam presas castigadas e julgadas pelo Altíssimo/Soberano, mas com possibilidade de prosseguir para o “paraíso”), também serve para homenagear o morto.

⁵ Sikó é um tambor quadrado feito com couro de cabra e madeira. Palmo são dois pedaços de madeira bem moldada que são usados para produzir o som bem afinado para acompanhar o cântico. Tina é constituída de uma bacia e uma cabaça e, para que esse instrumento musical produza o som, é necessário por água dentro da bacia e emborcar a cabaça dentro, e começar a tocar na cabaça.

⁶ Patchi di Rima. Londres, 17/11/2021.

⁷ O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), adiante designado por “Fórum de Macau”, foi criado em Outubro de 2003, por iniciativa do Governo Central da China, sendo organizado pelo Ministério do Comércio da China, beneficiando da colaboração do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em coordenação com nove Países de Língua Portuguesa, designadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O Fórum de Macau é um mecanismo multilateral de cooperação intergovernamental centrado no desenvolvimento económico e comercial, tendo como objectivos consolidar o intercâmbio económico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, dinamizar o papel de Macau enquanto plataforma de cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa e fomentar o desenvolvimento comum do Interior da China, dos Países de Língua Portuguesa e da RAEM.

seus conteúdos, a beleza e a determinação dos homens e das mulheres guineenses, ressaltando também o valor da mãe e incentivando os filhos e a sociedade a ter consciência acerca desse valor. É importante salientar que muitas dessas músicas foram transmitidas de gerações a gerações até chegar às gerações atuais.

Também, existem provérbios ou ditados que são vulgarmente utilizados para a instrução dos indivíduos. Normalmente praticados por mais velhos e por mais novos que já tinham aprendido alguns para ensinar aos que os desconhecem, esta é uma prática que transmite a sabedoria popular da comunidade a qual os indivíduos pertencem.

Depois dessa exposição, de modo explícito, quanto ao funcionamento da oralidade no campo educativo, penso que é fundamental também demonstrar os aspectos – ou a função – que a modalidade oral desempenha na Guiné-Bissau. Sendo assim, vou tentar explicitar essa função na etnia Pepel, porque sou desse grupo social, no que tange a algumas ações sagradas. A oralidade é usada por todas as etnias guineenses para a realização de quase todas as tarefas: nos ritos iniciais, nas cerimónias fúnebres, ou seja, em todas as cerimónias sagradas. Em função disso, podemos afirmar que a oralidade faz parte do homem guineense, ou seja, acompanha o indivíduo desde a sua nascença até o seu último suspiro. Homero, citado por Houtondji (2012), afirma que as civilizações africanas tradicionais são civilizações de oralidade. Essas civilizações não utilizam sempre a escrita nos seus contextos sociais, somente fazem o uso marginal do suporte dela em alguns momentos, nas quais as mensagens são palavras faladas.

No que tange às cerimónias tradicionais do casamento de todas as etnias da GB, destacarei as da etnia Pepel, porque tenho mais propriedade para falar dela. Segundo a minha experiência, posso afirmar que toda a celebração do casamento tradicional da etnia Pepel é realizada através da oralidade, ou seja, sem envolvimento da escrita. Nesse casamento, todas os ritos que fazem parte do matrimónio são feitos de modo oral. Os noivos se comprometem a cuidar um do outro através da fala e suas palavras são prova dos seus comprometimentos. A fala servia e serve como elemento fundamental para uma tratativa de grande importância. Como asseverou Bâ (2010, p. 168), “lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é”.

Além do casamento, há uma cerimónia sagrada de grande relevância na sociedade guineense, que geralmente é feita por todos os grupos étnicos do país, que é o rito de iniciação (Fanado). Ritos iniciatórios são cerimónias muito importantes para a emancipação de um indivíduo e são essencialmente orais. Essa cerimónia geralmente é feita nas matas, onde os velhos, os meninos e os adultos permanecem durante um período determinado. No decorrer

desse período, os meninos e os adultos recebem conselhos e ensinamentos fundamentais para sua emancipação. No caso particular da etnia Pepel, esses ensinamentos não podem ser ditos para quem não passou por essa cerimônia, e caso a pessoa não obedeça e informe que não passou por essa cerimônia, segundo os mais velhos, o indivíduo é punido com pena de morte pelos espíritos (Iran). Depois de rito de iniciação, os indivíduos voltam para aldeia e passam a se comportar de um jeito mais responsável.

De acordo com Mungala (1982 *apud* Mendes, 2919), ritos iniciatórios simbolizam passagem de adolescência para a maturidade, ressalta que o objetivo desta prática é colmatar as lacunas na educação recebida previamente para que o indivíduo passasse a ser capaz de resistir às dificuldades que penetram a vida adulta. Acrescenta que dificuldades próprias a esse ritual objetivam produzir vigor físico no indivíduo, combatendo nele todos os modos de violência, impondo-lhe respeito total à hierarquia, a solidariedade, disciplina individual. Durante o rito a pessoa aprende algumas descrições e codificação das linguagens para garantir a unidade e sobrevivência do grupo. No que tange à etnia Pepel, caso o indivíduo masculino não passe por rito inicial é impedido de casar, ou seja, é uma etapa fundamental que deve ser cumprida por cada indivíduo para depois se casar. Ele também não consegue participar de algumas cerimônias importantes. Mas é imprescindível salientar que há diferença entre as formas de casamentos tradicionais das etnias guineenses, e essas diferenças também não são jurídicas, quer dizer, não são reconhecidas pelo governo. Apenas é reconhecido o casamento civil e, em oposição, a etnia Pepel somente reconhece o casamento tradicional. Sendo assim, quem se casar de forma civil é considerado solteiro e é impedido de participar de algumas celebrações sagradas da tradição Pepel.

A palavra na cultura guineense é algo sagrado. Ela é usada por nossos avós para se comunicar com os espíritos dos nossos ancestrais, sendo também utilizada para benzer. De modo semelhante, pode ser usada para amaldiçoar. Por exemplo, quando um indivíduo fica doente e vai ao médico o qual, por sua vez, indicou algum tipo de remédio e, mesmo assim, a pessoa continua doente, nessas circunstâncias, muitas vezes, a pessoa é encaminhada ao curandeiro e, ali, todos os tratamentos são feitos com base na oralidade, a começar pela invocação dos espíritos, preparo dos medicamentos, até a indicação da forma de uso dos medicamentos. Tudo isso, é fruto dos ensinamentos que o/a curandeiro/a recebeu dos seus ancestrais e de sua criatividade.

Após a exposição acerca da oralidade na sociedade, por exemplo, as funções na educação não formal e nas práticas culturais e o seu papel no que toca às questões sagradas, mas também falamos do valor atribuído à escrita que apenas é utilizada em circunstâncias

específicas, todavia é atribuído a ela um grande valor. Desse modo, torna-se transparente que se continuemos nesse caminho, daqui alguns anos, a oralidade cairá num descredito total e isso é muito perigoso para sociedade cuja essência é a oralidade. Isto posto, agora vamos passar a falar sobre o letramento. No próximo capítulo, portanto, falaremos da origem de letramento, o seu papel na formação humana e letramento e a oralidade.

4 CAPÍTULO III: CONSIDERAÇÕES SOBRE LETRAMENTO

Neste capítulo, discutiremos as questões relativas aos processos de letramento. É importante discutir sobre o letramento, pois é fundamental para trazer luzes acerca do modelo adequado o qual deve ser adotado pra servir melhor uma comunidade. Sendo assim, na primeira subseção, o nosso foco será compreender a origem e o significado do conceito de letramento. Na segunda subseção, vamos nos concentrar em apreender o letramento e formação humana, para, em seguida, finalizarmos com discussão acerca do letramento e oralidade.

4.1 O TERMO “LETRAMENTO”

Discutiremos sobre o surgimento do termo “letramento” com base em argumentação desses autores: Lopes (2011), Grando (2012), Junchum (2016) e Kleiman (2005). À vista disso, de modo primário falaremos da origem do conceito e, na sequência, o nosso foco será o significado do conceito de letramento. É importante salientar que o conceito de letramento que levaremos em consideração neste trabalho é aquele que não se limita apenas ao letramento escolar.

De acordo com Kleiman (2005), Paulo Freire já tinha feito o uso da palavra alfabetização com um significado adjacente daquilo que atualmente é relativo à ideia de letramento. Segundo a autora, Freire usou essa palavra para denominar uma prática sociocultural de utilização das línguas, as quais sofrem modificações ao longo do tempo no que se refere às épocas e aos indivíduos que as utilizam. Essa prática, na visão de Freire, pode vir a se tornar libertadora, ainda que, à época, fosse uma prática mecanicista. Na sequência, a autora (2005) afirma que, ao passar do tempo, a escrita deixou de ser de domínio de alguns para ser um direito de todos e que, desse modo, a relação do ser humano com a língua mudou totalmente. Creio que essa mudança trouxe consigo vários desafios no que diz respeito à utilização da língua na sociedade.

Sendo assim, segundo Kleiman (2005), na metade da década de 1980 no Brasil, muitos pesquisadores que atuavam com foco nas práticas de uso da língua escrita, em diversos domínios de atividade, sentiram a falta de um conceito que se referisse a essas visões sócio-históricas dos usos da escrita, sem as conotações sobre ensino e escola ligada à palavra “alfabetização”. De acordo com a autora, devido a essa falta de conceito, surgiu, então, na literatura especializada, o termo “letramento”, para designar um grupo de práticas de uso da escrita a qual vinham transformando de forma profunda a sociedade, mais abrangente do que

as práticas escolares de utilização da escrita. Também “[...] o conceito de letramento surge como uma forma de explicar o impacto da escrita em todas as esferas de atividades e não somente nas atividades escolares.” (Kleiman, 2005, p.6)

Na visão de Grando (2012), a origem do letramento pode ser vista como atual, no setor educativo brasileiro, porque segundo a autora, no Brasil, o termo parece ter surgido pela primeira vez no ano de 1986 no livro cujo título era “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”, da pesquisadora Mary Kato. Depois, ainda conforme Grando, o termo também apareceu nos livros “Os significados do letramento”, no ano 1995, organizado por Ângela Kleiman. De acordo com a pesquisadora Kleiman (2005), pode-se afirmar que o letramento surge como um modo de explicitar o efeito da escrita em todos os âmbitos da sociedade e não apenas nas tarefas escolares.

Em referência à etimologia da palavra, Grando (2012), menciona Soares, a qual asseverou que o letramento é a tradução da palavra inglesa *literacy*, que se originou do latim *litera*, que significa “letra”. Ainda de acordo com Grando (2012), a palavra pode ser decomposta da seguinte maneira: “[...] *literacy* é a condição de ser letrado” – dando à palavra letrado” sentido diferente daquele que vem tendo em português (Soares, 2009 *apud* Grando, 2012, p. 4)”.

Desse modo, Grando (2012) salientou que Ferreiro e Teberoski (1986) deram grande contribuição na reflexão sobre a problemática da alfabetização, face a toda reflexão feita sobre o analfabetismo à época. De acordo com Grando (2012), baseado em Ferreiro e Teberoski, foi fundamental a criação de uma palavra que transcrevesse o oposto expresso pelo analfabetismo, ou seja, um termo que referisse à condição de um indivíduo que usa a leitura e a escrita, independentemente de saber ler e escrever. Isto é, o indivíduo faz uso de estratégias que permitem a mobilização de “leituras”, apropriando-se desse conhecimento e fazendo uso dele no seu cotidiano. Segundo Soares (2011):

O surgimento do termo *literacy* (cujo significado é o mesmo de alfabetismo), nessa época, representou, certamente, uma mudança histórica nas práticas sociais: novas demandas sociais pelo uso da leitura e da escrita exigiram uma nova palavra para designá-las. Ou seja: uma nova realidade social trouxe a necessidade de uma nova palavra (Soares, 2011 *apud* Grando, 2012, p. 3).

Assim sendo, pode-se entender que a visão defendida por Soares (2011), citada por Grando (2012), evidencia que o termo “letramento” surgiu por meio de uma demanda que a sociedade teve de nomear acerca da utilização de leitura e escrita nas práticas sociais. Tfouni (1995, p.30) acrescentou que “A necessidade de se começar a falar de Letramento surgiu [...]

na tomada de consciência que se deu, principalmente entre os linguistas, de que havia coisa além da alfabetização, que era mais ampla, e até determinante desta”.

Prosseguindo nessa tentativa de clarificar o surgimento do letramento, Grando (2012) disse que no desenrolar da obra “Letramento e alfabetismo”, Tfoune (1995) clarificou a exigência de se falar em letramento devido à tomada de consciência, sobretudo pelos linguistas, de que existe algo mais abrangente que alfabetização, sendo, inclusive, determinante desta. Seguindo nessa argumentação, a pesquisadora Kleiman (2008 *apud* Grando, 2012) defende que o termo “letramento” começou a ser usado como conceito nos espaços acadêmicos com diligência de desassociar os estudos sobre o impacto social da escrita dos estudos relativamente à alfabetização, da qual o seu significado realça a habilidade exclusiva no uso e prática da escrita.

Portanto, com base na discussão que fizemos até o momento, podemos afirmar de modo vigoroso que o letramento surgiu porque houve a falta de um conceito capaz de explicar o uso da escrita em diversos espaços sociais, ou seja, que não se limita apenas à escola. Também acreditamos que o letramento surgiu com o intuito de dar conta de usos da escrita, todavia não só no aspecto da codificação e decodificação, como afirma Kleiman (2005):

A complexidade da sociedade moderna exige conceitos também complexos para descrever e entender seus aspectos relevantes. E o conceito de letramento surge como uma forma de explicar o impacto da escrita em todas as esferas de atividades e não somente nas atividades escolares (Kleiman, 2005, p. 6).

Em conclusão, acreditamos que conseguimos explicitar de forma mais clara possível o que motivou o surgimento de letramento, agora vamos focar em explicar o conceito da melhor maneira possível.

4.2 O CONCEITO DE “LETRAMENTO”

Soares (2009 *apud* Grando, 2012) afirma que há grande dificuldade para definir o letramento, porque ele abrange uma grande escala de conhecimentos, habilidades, valores, usos e funções sociais. Desse modo, este conceito cobre sutilezas e complexidades que não são fáceis de juntar numa definição. Posto isto, Grando (2012), com base em ideia ou argumento de Tfoune (2010), propõe a ligação do conceito de letramento com a sociedade, tendo como foco

as questões sócio-históricas da obtenção da escrita. Desse modo, o propósito não será apenas investigar o alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, observando as questões sociais que pertencem os ambientes desses indivíduos.

Na visão de Kleiman (2005), a tentativa de entender o letramento fez com que muitos equivocadamente definissem o letramento como método, pois na perspectiva da autora não existe método de letramento. Afirma Kleiman (2005):

E, nessa reinterpretação, acontecem associações indevidas. Por exemplo, quando o conceito de letramento é oposto ao de alfabetização, ele é entendido como equivalente aos métodos globais; quando o termo letramento é interpretado morfológicamente, ou seja, com base nos morfemas, ou formas mínimas significativas que formam a palavra (no caso, “le-tra” e “mento”), ele tem sido utilizado como equivalente a um método baseado no ensino da “letra” primeiro (... e a sílaba depois?!). Não existe um “método de letramento”. Nem um nem vários (Kleiman, 2005, p. 9).

Por outro lado, Kleiman (2008 *apud* Grando, 2012) define letramento como conjunto de ações sociais que faz o uso da escrita como processo simbólico e tecnológico para um propósito específico. Na perspectiva de Soares, o letramento é “resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; O estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais” (Soares, 2009 *apud* Grando, 2012 p. 6). Sendo assim, para a autora, conforme o que afirma Grando (2012), o letrado é aquele que sabe fazer o uso da leitura e escrita na sociedade.

Street (1984 *apud* Juchum, 2016), por sua vez, assevera que o letramento se divide em categorias, como o letramento autônomo e o ideológico. Dessa forma, o letramento autônomo não é visto como um fenômeno que possui a “dimensão social”, o que quer dizer que não são levadas em conta as questões políticas da “leitura e da escrita”. Então, para Street, essa separação de leitura e escrita desconsideram os “aspectos sociopolíticos envolvidos em seus usos e consolida falsas concepções, quais sejam: a neutralidade de ensino e a perspectiva da escrita como sistema independente fechado em si mesmos” (Street, 1984 *apud* Juchum, 2016, p. 81). Na segunda concepção, “letramento ideológico”, conforme Street (1984 *apud* Juchum, 2016 p. 24), a escrita e a leitura devem ser compreendidas como atividades que têm relações com as questões sociais, isto é, “os elementos da situação de comunicação, valores e as representações perpassados pelos textos escritos”. Esta concepção mais ampla de letramento leva em conta os contextos socioculturais e as ideologias que estão nesses contextos.

Com base em argumento de Street (1984), o letramento ideológico na perspectiva africana de modo geral, de modo específico na visão guineense, deve ser entendido como atividades que abrangem todas as práticas endógenas as quais visam reparar os danos causados

pela colonização, combater os preconceitos em relação ao saber e à cultura endógena e preservar a multiculturalidade.

Após a definição do letramento feito por Street, Kleiman (2005, p. 11) assevera que o letramento “também significa compreender o sentido, numa determinada situação, de um texto ou qualquer outro produto cultural escrito [...]”. Vale ressaltar que essa afirmação se refere a letramento escolar, porque há indivíduos que são letrados em várias atividades culturais, sem o uso do suporte escrito, por exemplo: indivíduos que aprendem navegar o barco, aprendem a cozinhar, aprendem a ser médico tradicional, aprendem a fazer a leitura do tempo com base na oralidade.

Na sequência, Kleiman (2005, p. 21) alega que o letramento se refere a “[...] conjunto de práticas de uso da escrita que vinham modificando profundamente a sociedade, mais amplo do que as práticas escolares de uso da escrita, incluindo-as [...]”. Acrescenta Soares (2009) que letramento é o resultado da ação de instruir, do mesmo modo, adquirir as práticas sociais de leitura e escrita ou condição a qual aprende uma comunidade social ou uma pessoa. À vista disso, letramento não deve distanciar das realidades socioculturais do meio em que está sendo feito.

Isto posto, é importante salientar que há diversos tipos de letramento, todavia, falarei apenas de dois, tendo como pressuposto alguns trabalhos produzidos sobre o conceito. Por exemplo, primeiro “letramento escolar” de acordo com Alves (2023), é um tipo de prática de letramento que desenvolve uma habilidade específica, não outros.” Conforme Rojo (2012, p.11), “[...] é de levar em conta e incluir nos currículos a grande variedade de culturas presentes nas salas de aula de um mundo globalizado e caracterizada pela intolerância na convivência com a diversidade cultural, com a alteridade.” É importante incluir diversidades culturais na escola com intuito de evitar exclusão de algum grupo.

No que diz respeito ao segundo, que é letramento social, Soares (2009, p.74-75) assevera que “é essencialmente um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais.”

Após tudo o que abordamos acerca do conceito do letramento, concluímos que o letramento diz respeito à transmissão e à aquisição das práticas sociais de leitura, escrita, sendo assim, a escola é um espaço de letramento no que tange a letramento escolar e a comunidade também é um espaço fundamental para diversos tipos de letramento que não estão presentes na escola.

4.3 LETRAMENTO E FORMAÇÃO HUMANA

Neste subcapítulo, dissertaremos acerca de como letramentos podem contribuir na formação humana para, assim, fomentar a autonomia das pessoas e trazer a possibilidade de modificação da realidade de uma sociedade. Para que isso se torne efetivo, é pertinente que o processo passe pela educação. Acredito que a maioria das pessoas na sociedade saibam que a educação é um instrumento fundamental para o desenvolvimento de qualquer país que seja. Quando falo da educação, não estou apenas a me referir sobre a educação escolar. Também me refiro àquela educação que acontece em nossas comunidades (ensinamentos dos lares e dos mais velhos das comunidades), ou seja, a processos informais de educação.

No entanto, para ter uma educação capaz de contribuir para o desenvolvimento de um país, é fundamental ter professores que têm o pensamento decolonial⁸ e que saibam valorizar outros letramentos, os quais não estão presentes na escola. Ou seja, aqueles docentes que levam em consideração a cultura, a realidade e a vivência da criança no momento de conduzir o letramento escolar. Creio que isto é um dos requisitos para o sucesso pedagógico, como afirmam (Arruda *et al.*, 2019), ao dizerem que ser educador exige várias habilidades fundamentais ao sucesso do fazer pedagógico.

Também o letramento escolar deve ser feito com base nas diversidades culturais das crianças, porque nenhuma criança chega à escola sem ter aprendido alguma coisa em seu lar e em sua comunidade. Por isso, o professor precisa ter a habilidade do fazer pedagógico que abrange as diversidades existentes em sua sala, como sublinha Arruda *et al.* (2019). Essa exigência se torna cada vez mais perceptível em face do entendimento de que o ser humano se constitui na diversidade, o que afeta de forma direta o processo de formação humana. Desse modo, Grando (2012), com base em Tfoune (2010), disse que o letramento abrange alfabetização. À vista disso, é importante que no processo de alfabetização, que é parte do letramento escolar, que seja tomado em consideração conhecimento da criança porque esse repertório é parte da constituição humana dela, seria uma tremenda violência se no processo de letramento escolar não levasse em conta a leitura do mundo, a linguagem e as culturas das crianças.

⁸ O pensamento decolonial1 objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial (Andrade; Novais Reis, 2018, p. 3).

Os letramentos são vistos por pesquisadores como solução para vários problemas em nossos países. Mas entre vários letramentos existentes, creio que há um tipo que é mais valorizado, o qual é designado de “letramento escolar”. Esse letramento é muito valorizado ao ponto de muitos acreditarem que quem não tem instrução escolar é inferior àqueles que a possui. Também, em algum momento da vida, acreditávamos nisso. Afirmamos que acreditávamos, porque agora sabemos que estávamos equivocados, pois existem vários indivíduos que têm outros tipos de letramentos. Por exemplo, existem pessoas que conseguem fazer a leitura do tempo para saber se vai chover ou não; há pescadores que não tem letramento escolar, todavia conseguem saber se a maré é propícia para pescar ou não; há historiadores que sabem a importância da história para a humanidade e anciões que são especialistas em educação moral e práticas culturais, mas nunca instrumentaram o letramento escolar, e todos esses conhecimentos os quais possuem, foram adquiridos através das suas vivências e por transmissão oral.

Desse modo, acreditamos que a instituição escolar tem um papel fundamental na valorização de outros letramentos, tendo em conta as influências que ela tem atualmente em nossas sociedades, particularmente na sociedade guineense. Na sociedade guineense, a transmissão dos valores morais e culturais geralmente acontece fora da escola, ou seja, acontece em casa e na comunidade e esses conhecimentos são transmitidos por mais velhos, em sua maioria, não são escolarizados. Assim, a criança antes de iniciar a escola, primeiro aprende alguns conhecimentos de forma empírica na comunidade, esses conhecimentos são valores que sirvam para a formação humana de um indivíduo capaz de contribuir para sua comunidade.

A linguagem é meio de expressão de cultura e de transmissão do conhecimento, assim, o processo de letramento escolar deve interagir com as culturas e valores que as crianças carregam, isso pode ajudar na melhor construção do conhecimento. Segundo Santos (2015, p.163), “com o advento da contemporaneidade, eis que surgem novas teorias curriculares oferecendo-nos oportunidade ao estudo da língua como uma atividade social, elemento responsável pela interação entre pessoas em determinados contextos.” Sendo assim, a leitura e escrita deve ser ensinado com base na cultura e valores de uma sociedade.

Dessa forma, o letramento que visa contribuir para a formação humana das pessoas de modo geral e para o progresso da sociedade não deve se limitar em codificação e decodificação da escrita, todavia deve ir além, ou seja, deve incluir a leitura dos aspetos culturais e valores inerentes a própria sociedade em que esse letramento está sendo realizado. De acordo com Santos,

Ao ler, é preciso que o leitor compare o que foi lido com sua bagagem de conhecimento mundano, ou seja, requer sua interpretação acerca do que está escrito nas linhas e nas entrelinhas para se inferir sentido, dentro desta perspectiva os pesquisadores da temática consideram que são necessárias mais que habilidades para resolver alguns problemas que os estudantes enfrentam nas atividades de leitura e escrita (Santos, 2015, p. 164).

Dessa forma, torna-se imperativo o letramento ideológico (Street, 2014), pois esse tipo de letramento trabalha as experiências sociais dos indivíduos, os saberes acumulados, as práticas sociais as quais fazem parte da constituição do espaço onde ocorre o letramento.

O letramento o qual Street (2014) propõe, acreditamos seja o mais adequado do ponto de vista da formação humana, porque se o letramento se distancia ou exclui a cultura e a prática social gera limitação e dificuldade de leitura e interpretação da realidade inerente ao indivíduo. Digo isso, porque se uma pessoa aprende apenas a codificação e decodificação da escrita se tornaria um mero reprodutor dos conteúdos assimilados, também se for letrado com base em outras culturas estranharia a sua própria cultura. Por exemplo, na Guiné Bissau a maioria das pessoas que tem instrução escolar tende a se afastar da sua cultura e ver a cultura europeia como melhor, porque o nosso modelo de ensino é eurocêntrico. Desse modo, a visão ideológica de letramento é mais adequada, porque não afasta e nem exclui a bagagem oriunda da experiência comunitária do indivíduo, uma vez que é muito importante, como Arruda et al (2019) afirmam:

[...] É imprescindível levar em conta a dimensão humana da criança, sua constituição social, cultural, histórica e emocional, considerando que é papel da escola proporcionar condições de perdurabilidade e utilização do aprendizado, bem como oportunizar condições para todos, independentemente das dificuldades encontradas (Arruda *et al.*, 2019, p. 2).

Desse modo, o letramento feito na escola precisa encontrar um jeito de se aliar ao conhecimento construído no cotidiano da comunidade, conhecimento esse que abrange todas as diversidades culturais e valores que regulamentam o funcionamento dessa comunidade, porque esses valores são fundamentais para construção da humanidade e do indivíduo, permitindo boa convivência entre as pessoas. Defendemos a abrangência das práticas cotidianas no ensino porque, durante muitos anos e atualmente, em alguns lugares, o conhecimento era e é transmitido de modo oral, assim, o saber o qual reside na oralidade é importante para o letramento. Segundo Ventura (2013), evoluímos porque adquirimos o saber dentro de uma circunstância social e nas inter-relações entre os atores envolvidos no processo, de forma direta ou indireta.

Tudo que descrevemos até o momento nos permite concluir que, para que haja uma boa formação humana, que favoreça mudanças efetivas necessárias nas sociedades, é

fundamental letrar com base nos conhecimentos endógenos, para melhor desenvolver a capacidade crítica sobre esses saberes e sobre os saberes exógenos, como determina letramento ideológico. De acordo com Santos (2015), “letramento ideológico” é o que concebe o indivíduo letrado no íntimo de uma circunstância, em que a escrita e a leitura tenham significado e façam parte da sua vida, pois o tempo vigente nos coloca face a necessidade de procurar formas distintas de refletir à educação. Perante a esse cenário múltiplo, Santos (2015) afirma que o que se valoriza é o enquadramento situacional que o sujeito está inserido, e a concepção de cultura nesta mesma circunstância, a fim de conceituar o letramento como múltiplo, assim como nos transige a cultura com sua polifonia.

4.4 LETRAMENTO E ORALIDADE

Nesta seção, vamos tratar da função e da importância da oralidade e do letramento em nossa sociedade. Tentaremos explicitar em que medida a oralidade pode servir como instrumento importante para o letramento. A ideia principal é demonstrar que um letramento pautado na oralidade é um caminho bastante proveitoso ideologicamente em contextos africanos, como a Guiné-Bissau.

A maioria dos estudiosos – quiçá todos – sabem que, num passado muito distante, era a linguagem oral o único meio utilizado para transmissão e construção do conhecimento. Nos dias atuais, essa modalidade de linguagem ainda é utilizada por algumas comunidades como principal instrumento de produção de conhecimento. Particularmente, em algumas partes da Guiné-Bissau, a oralidade ainda é vista como algo de grande importância tendo em conta que é mais utilizada para transmitir ou construir o saber, uma vez que nessas regiões há poucas pessoas escolarizadas. É importante ressaltar que, talvez, se houvesse mais pessoas escolarizadas nesses contextos, a realidade poderia ser outra, porque o nosso ensino é eurocêntrico. Assim, a pessoa escolarizada tem maior probabilidade de enxergar as práticas e os conhecimentos endógenos como atrasados ou algo de negativo.

Independentemente de tudo, a oralidade ocupa a importante função quase em todas as sociedades, sejam elas letradas ou não, porque em maioria das nossas sociedades a linguagem mais utilizada para nossa comunicação é a linguagem oral. É através dela que construímos as mais diversas relações humanas e sociais, pois passamos a maior parte do nosso tempo falando. Segundo Chaer e Guimarães (2012):

A linguagem oral é um dos aspectos fundamentais de nossa vida, pois é por meio dela que nos socializamos, construímos conhecimentos, organizamos nossos pensamentos e experiências, ingressamos no mundo. Assim, ela amplia nossas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais (Chaer; Guimarães, 2012, p. 72).

Desse modo, compreendemos que a função que a oralidade desempenha na sociedade é de grande importância, uma vez que nos possibilita a socialização com os nossos semelhantes em qualquer que seja espaço. Também a oralidade nos permite aprender com mais vivacidade, pois ouvimos, analisamos e expomos nosso pensamento em situação presencial num determinado contexto de fala. Por intermédio desse processo, é possível adquirir vários tipos de conhecimento útil à nossa sociedade e ao crescimento do indivíduo de modo particular.

A oralidade também é base de tudo, seja na construção da relação ou no processo de ensino e aprendizagem, porque usamos a escrita no processo da escolarização. Todavia, o professor, ou educador, e os alunos passam maior parte do seu tempo de interação escolar comunicando, e nessa comunicação a modalidade da linguagem mais explorada é a oral. À vista disso, Chaer e Guimarães, (2012) afirmam que, perante o descrito, é necessário considerar que a linguagem oral é o principal instrumento de comunicação, é fundamental aceitar que a fala é um instrumento básico na vida e é de grande relevância para o ser humano.

Com base nisso, podemos afirmar que modelo ideológico de letramento é o ideal pois tem como uma das suas funções despertar os indivíduos para os reais problemas de sua comunidade, do mesmo modo, fomentar a competência ou o senso crítico dos sujeitos, as quais foram alienados por meio de um sistema educativo eurocêntrico implantado na época colonial, o qual visa manter o povo no obscurantismo e na submissão. Segundo Santos (2015), a educação deve ser vista de modo relacional com intuito de desconstruir os padrões que por muito tempo não foram questionados, propagando os princípios eurocêntricos. Um verdadeiro mascaramento, o qual massifica os indivíduos, tornando-os pessoas dóceis, submissas e totalmente obedientes, ou seja, incapazes de questionar o sistema.

Desse modo, fica explícito que o modelo ideológico tem a função de provocar a ruptura no ensino da modalidade escrita da língua e criar novas possibilidades de leitura do mundo. Melhor dizendo, permite uma leitura heterogênea da realidade, acabar com aquela visão formatada a partir do olhar do contexto europeu. Esse modelo também permite interação ou diálogo entre várias culturas e costumes dos diferentes povos. Como esse modelo trabalha com a perspectiva das circunstâncias sociais, acreditamos que numa sociedade multicultural ele terá a função de contemplar todas as diversidades culturais no processo da escolarização com o

objetivo de formar os indivíduos altamente capazes de refletir acerca dos problemas tanto endógeno como exógeno que os afetam e procurar a melhor solução para tais adversidades.

É importante ressaltar que a escrita tem o papel fundamental quase em todas as sociedades em que foi implantada, porque serve de um instrumento para ascensão social e alguns privilégios, porque é uma tecnologia que quando surgiu não era acessível a todos e infelizmente ainda no meu país não está ao alcance de todos. Como o meu país (Guiné-Bissau) foi colonizado por Portugal, que por sua vez implementou a escolarização dos indivíduos com objetivo de explorá-los, criando um sistema de ensino mecânico o qual excluiu a cultura, os hábitos e a realidade do povo, o modelo educacional guineense vigente traz marcas muito fortes da lógica colonial. Esse modelo impossibilita a reflexão acerca dos problemas que aflige a população guineense, sendo um sistema excludente e alienador, herdado dos colonizadores e praticado desde a independência até o momento. Pode-se afirmar que esse modelo educativo que vigora na Guiné-Bissau não tem ajudado muito o país e o seu povo.

Posto isto, a Guiné-Bissau ainda é um país em que a maioria da população transmite e constrói o conhecimento através oralidade, e quase todo acervo cultural encontra-se na memória dos mais velhos. Sendo assim, a lógica de manutenção e difusão cultural guineense é construída na tradição oral e isso faz da oralidade um instrumento fundamental no processo de organização das interações sociais no país e da produção de saberes locais. Na perspectiva de um letramento ideológico, a oralidade – ou o letramento com base na tradição oral – consiste um caminho bastante adequado no contexto guineense porque se os conhecimentos locais forem levados em consideração, dentro das formas próprias guineenses de produção de saberes, teríamos um povo mais consciente das suas diversidades culturais, dos seus costumes e de seus problemas.

Face a tudo que foi dito até aqui, há um questionamento a fazer: Como é que a oralidade pode ser introduzida no processo de letramento ideológico? Acreditamos que a oralidade pode ser introduzida através da contação de história e estórias, através das músicas, provérbios, estudos dos aspectos culturais, medicina tradicional etc. Vale ressaltar que a oralidade precisa ser adquirida em língua portuguesa porque não é língua materna das crianças. Ainda que muitas dessas manifestações orais venham a ser transformadas em textos escritos, é preciso manter as marcas da oralidade, pois acredita-se que isso ajudaria a criança a aprender a ler não apenas o que está escrito no texto, mas também o que está fora dele. Para concluir, é importante salientar que é necessário trabalhar a modalidade oral da língua porque ajudaria a ampliar olhar da criança e sua capacidade comunicativa. Sobre isso, Chaer e Guimarães (2012) explicam que:

Expressando-se oralmente, a criança amplia seus horizontes de comunicação, exercita o pensar, socializa-se, organiza a sua mente, interpreta o mundo, expõe ideias, debate opiniões, expressa sentimentos e emoções, desenvolve a argumentação, comunica-se com facilidade, além de se preparar para um futuro profissional no qual ela seja capaz de expressar em público seus conhecimentos e ideias. Deste modo, o desenvolvimento da oralidade significa para ela uma habilidade imprescindível para o convívio social nas mais diversas instâncias, como aponta (Chaer; Guimarães, 2012, p. 73).

Para fechar esta parte, é fundamental ressaltar que falamos das funções que a oralidade desempenhava e desempenha atualmente em nossa comunidade, também ressaltamos a importância atribuída à escrita na sociedade vigente e podemos compreender, no decorrer da nossa reflexão, que se existem sociedades que valorizam mais a oralidade, também há sociedades que dão mais importância à escrita e acreditamos que isso é um posicionamento ideológico. Face ao exposto, concluí que todas as modalidades são indispensáveis à construção e transmissão do conhecimento. Encerrado está parte, no capítulo seguinte, apresentaremos a metodologia do estudo, na sequência apresentaremos os dados e depois seguirão os comentários analíticos dos dados.

5 CAPÍTULO IV: METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, o foco será demonstrar os caminhos trilhados para a realização dessa pesquisa, no que diz respeito aos métodos e técnicas para coleta de dados, o que julgamos importante para termos suporte para as análises realizadas. De modo inicial, vamos caracterizar o tipo de pesquisa que realizamos, classificando-a quanto às diversas formas de investigação existentes. De modo sequencial, apresentaremos os dados coletados com os respectivos, comentários analíticos desses dados.

5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Todo trabalho acadêmico e científico necessita de ter embasamento em teorias as quais se cruzam com experimentos e observações da realidade que culminam com análises e discussões acerca dos dados recolhidos. Para um trabalho investigativo mais seguro, a metodologia precisa ser explícita e sucinta, de modo a permitir o entendimento ou a compressão dos procedimentos utilizados para o entendimento do fenômeno em discussão. De acordo com Gil (2008, p. 26), “pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. O objetivo fundamental de uma pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Desse modo, dá a perceber que pesquisar é algo de grande importância, pois auxilia o estudioso na explicação de fenômeno social. Vale ressaltar ainda que é fundamental a pesquisa ter a relevância social, ou seja, ter a importância para sociedade. No que diz respeito à esfera acadêmica, a pesquisa deve procurar proporcionar resultados capazes de resolver ou combater o problema que aflige a sociedade.

Posto isto, quanto à classificação da pesquisa que realizamos, no que diz respeito a sua natureza, a pesquisa é aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51). Nesse sentido, pretende-se com esse trabalho proporcionar conhecimentos para auxiliar o letramento das crianças a partir da realidade endógena. No que tange à abordagem metodológica, a pesquisa é de base qualitativa pois, segundo Merriam (2009 *apud* Ribeiro *et al.*, 2023), a pesquisa qualitativa tem foco na compreensão da experiência dos indivíduos e seu significado a partir de suas próprias visões e não do investigador. Este, por sua vez, é o principal instrumento de coleta e análise de dados, em uma interação com o objeto de estudo”. Como estratégia de investigação, optamos pelo “estudo do caso”, pois possibilita fazer

a interpretação de uma circunstância precisa e analisar uma realidade de modo cabal e com profundidade. Além disso, o estudo de caso oportuniza trazer a generalizações mais adjacentes do cenário, fazendo compreender de modo explícito a manifestação de uma adversidade, suas ações ou entendimentos e procedimento de um fato em estudo. Adotamos esse método para o nosso trabalho, porque partimos do pressuposto que o letramento está a ser feita na Guiné-Bissau de modo superficial, ou seja, sem a estrita observância da cultura e dos conhecimentos endógenos que ainda se encontram na oralidade.

Quanto aos objetivos da pesquisa, este estudo é de caráter exploratório, o qual, segundo Gil:

[...] tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento (Gil, 2008, p.27).

No que diz respeito aos procedimentos técnicos, essa pesquisa também é bibliográfica porque é constituída de algumas partes provenientes dos trabalhos já realizados. Na fase inicial deste trabalho, os materiais escritos são os que nos possibilitaram ter mais conhecimentos acerca do tema e nos auxiliaram bastante na produção da primeira parte do estudo para que possamos prosseguir com o trabalho, em conformidade com Prodanov e Freitas (2013, P. 54), a pesquisa bibliográfica é “quando elaborada a partir de material já publicada, constituída principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos etc.”

Tendo em conta a importância desse trabalho para o letramento escolar ideológico, ou seja, o tipo de letramento que reflete a realidade do país, acreditamos que seria fundamental entrevistar doze (12) indivíduos em Bissau, dentre os quais três (3) professoras de língua portuguesa, três (3) professores de língua portuguesa, três (3) alunas e três (3) alunos. Assim, planejamos a adoção da entrevista como técnica de coleta de dados. De acordo com Gil:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2008, p,109).

Assim sendo, tendo em conta a falta de condição econômica para nos deslocarmos a Bissau a fim de realizar as entrevistas, formulamos três perguntas e enviamos para um indivíduo comprometido em nos ajudar na coleta de dados. Todavia não conseguimos obter os dados,

porque a pessoa que se dispôs a nos ajudar não conseguiu realizar as entrevistas. Em vista desse transtorno, mudamos o público-alvo e a técnica de coleta de dados. O nosso público-alvo das entrevistas passou a ser egressos da UNILAB, de modo específico os da nacionalidade guineense, e o procedimento utilizado para a coleta de dados foi o questionário estruturado. Segundo Gil,

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc (Gil, 2008, p. 122).

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 201), o questionário é “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” Na visão do Severino (2007, p. 125), o questionário é um “conjunto de questões, sistematicamente articulados, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos investigados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo.”

Tendo como pressuposto a explicação desses autores fizemos um esboço de questionário o qual foi discutido e adequado aos objetivos do nosso trabalho. Utilizamos o *Google Forms* que é um formulário *online* que possibilita que o inquirido responda perguntas do questionário e envie para o pesquisador. Feito isso, enviamos os *links* para os entrevistados identificados previamente e estabelecemos um prazo de três semanas para o recolhimento de todas as respostas.

Como os nossos inquiridos não se encontram no mesmo espaço, estando em diferentes estados do Brasil, com o *Google Forms*, o pesquisador não precisou ir até os entrevistados para entregar o questionário, podendo utilizar ferramentas de comunicação remota, como e-mail ou *WhatsApp* para realizar a entrega do questionário num tempo recorde. Isto posto, agora vamos apresentar os dados coletados e a análise dos mesmos.

5.2 DADOS COLETADOS E COMENTÁRIOS ANALÍTICOS

Esta seção terá como foco a análise e comentários sobre os dados coletados a partir da aplicação dos questionários aos egressos da UNILAB, particularmente os da nacionalidade guineense. Os dez (10) entrevistados pertencem à faixa etária de vinte e sete (27) a trinta e seis

(36) anos de idade. Dentre esses dez interrogados, tivemos nove (9) homens e apenas uma mulher, não havendo caso em que se assinalou a opção “outros” para a identidade de gênero.

Para que essa análise fique mais explícita, apresentaremos as respostas de todos os inquiridos num quadro, a começar pela primeira questão. Na sequência, farei os comentários desses dados. Com relação às respostas da segunda e terceira questão, seguiremos o mesmo procedimento.

Quadro 2 - Respostas da primeira pergunta

Pergunta-1 Como é de conhecimento da maioria dos guineenses, as cerimônias tradicionais são de grande importância para a cultura do povo da Guiné-Bissau. Gostaríamos de saber como acontecem algumas dessas cerimônias. Escolha uma cerimônia que é de seu conhecimento e conte-nos o que sabe sobre ela: o nome, os objetivos, os procedimentos, quem as conduz, quem participa, em qual/quais língua(s) são realizadas?	
Inquirido A	Toca choro: na verdade, minha opinião traz ideia tênue do que se trata essa cerimônia. Mas, pelo que eu saiba, nesta cerimônia, na etnia Balanta. Apenas tocam choro da pessoa de maior idade. O motivo, desconheço. As pessoas que encarregam da realização desta prática são as que foram circuncizadas tradicionalmente. Pois estas são conhecidas como os mais velhos. A idade pouco importa, com tanto que alguém já o é, considera-se de velho.
Inquirido B	Batismo, em fula "Denabo", é uma cerimônia tradicional realizada sete dias depois de nascimento de uma criança. Ela serve para revelar o nome do bebê e marca o fim do recolhimento da mãe, que, durante este tempo, além do recolhimento, se priva de certas tarefas. Este momento costuma ser de festa, a depender da situação econômica dos pais do bebê ou familiares destes. Mas, em caso de falta de condições para uma cerimônia a pompa, ela se faz de forma singela, isto é, limita-se em atribuir um nome à criança, adiando a festa para quando houver possibilidades. É bom sublinhar que a festa é adiável, mas não pode deixar de acontecer, pois é obrigatório sacrificar um carneiro ou bode pela criança. Desta cerimônia participam pessoas de todas as faixas etárias (familiares, amigos e conhecidos dos pais do recém-nascido). O ritual tem caráter religioso, porque a presença do líder religioso da comunidade é indispensável, além de proclamação do nome estar a cargo do seu companheiro (o muezim).
Inquirido C	Escolho o fanadu das mulheres, porque é das cerimônias que venho a pesquisar desde a minha graduação, um dos objetivos da prática do fanadu está relacionada aos assuntos culturais e tradicionais, o procedimento da prática se dá primeiramente pela retirada de um pedaço de clitóris, que segundo algumas literaturas são consideradas sujas as mulheres que permanecerem com os clitóris e dentre outras justificativas, o segundo momento do fanadu está relacionada a entrada nas barracas, onde as meninas são ensinadas a manter uma postura moral para a fase adulta, dentre elas ter consciência do mal e bem. Está prática é vista majoritariamente nos grupos étnicos islamizados entre os quais fulas e mandígas. Em relação a língua o termo fanadu em si é da língua crioulo, já os grupos étnicos que a praticam os denominam a partir das suas línguas étnicas.
Inquirido D	Eu conheço por nome algumas cerimônias tradicionais de povo papel, mas não sei falar detalhadamente sobre os procedimentos, porque grande parte delas é tabu.
Inquirido E	Conheço quase todas as cerimônias realizadas no meu grupo étnico, mas sou muito limitado para falar delas com detalhes necessário de como acontecem. Assim sendo, vou tentar falar do casamento. Na sociedade Balanta, não necessariamente, o casamento começa com os casais sendo protagonistas da união. Isso porque o protagonista de casamento de um casal costuma ser o pai do rapaz (filho, sobrinho...) que ao ver uma menina e gostar dela, fica chamando-a de neta. Desse modo, ele (pai do rapaz), ao sair do trabalho de mata, carrega pedaços de madeira e deixa na casa dos pais ou responsáveis da menina com seguinte afirmação: trouxe lenha para a minha neta fazer a comida para mim. Então, os pais da menina entendem logo o recado, de que estão pedindo a mão da filha. Porém, não é só os pedaços de madeira que o pai do rapaz fica levando, ele também leva diferentes produtos, dependendo do tempo que circulam para o consumo. Assim vai rolando o processo até a menina chegar idade adulta, aí o pai do rapaz junto com alguns membros de sua família levam vinhos para divertir na casa do pai da

	<p>menina. Isso simboliza a primeira formalidade de dizer queremos que a vossa filha case como meu filho, deixando claro que os pedaços de madeira ou produtos que tem deixado em nome da menina é por esse objetivo, que ela se case com o filho. Tendo obtido uma resposta viável, começa o processo propriamente de realizar o casamento. Os casais são informados por parentes de que vão se casar. Feito isso, a data do casamento é marcada.</p> <p>Não sei o que acontece com rapaz, mas a menina passa por algumas cerimônias: corta o cabelo, é polida com azeite de dendê e passa tempo com as mulheres que já passaram por casamento. Nesse dia, os homens são obrigados a sair de casa até que sejam autorizados a voltar, só as mulheres podem ficar. E as que não passaram por casamento, ficam ali como ajudantes para qualquer coisas que as outras que realizam a cerimônia precisassem.</p>
Inquirido F	<p>Prefiro falar de Gamô. Gamô é um evento religioso que, geralmente, é organizado pelos mais velhos da comunidade. Evento é voltado à adoração, pedir benção a Deus, pedir glória aos mortos e vivos, fazer leituras de alcorão etc... em alguns circunstâncias este evento pode ser chamado de Giara dependendo do nome que o falante o atribui. Este evento é realizado nas línguas étnica e em árabe (língua do alcorão). Toda a comunidade tem direito de participar.</p>
Inquirido G	<p>Falarei do fanadu dos homens do grupo étnico mandinka. É um processo de iniciação em que os rapazes de diferentes idades são submetidos à circuncisão da parte do pênis que desconheço o nome técnico. O termo "fanadu" designa tanto o procedimento quanto as pessoas que sofrem a ação. Durante o período do fanadu, os rapazes ficam apartados de suas comunidades, permanecendo distante dela em uma barraca construída especificamente para essa finalidade, que é queimada no dia da "saída dos fanadus". Nela, eles aprendem um conjunto de preceitos baseados na boas práticas de convivência social, o modo de se comportar, do respeito aos mais velhos, aos homens, às mulheres e às crianças. N'ghamanó é a pessoa responsável por todos os fanadus. Tem por responsabilidade protegê-los dos seres sobrenaturais e dos espíritos malignos. Acredita-se que N'ghamanó é dotado também de poderes sobrenaturais. Mas ele não atua na proteção dos fanadus sozinho, tem-se kankuram, que é outra figura sobrenatural que atua na proteção dos fanadus quando é invocado. Em Bissorã, que é onde pude viver essa experiência mesmo que indiretamente, os N'ghamanó são de etnia mandinka, conhecedora da língua mandinka e kriol, pelo que todo o processo é feito na língua mandinka e kriol... Mas muitas cantigas do fanadu são em mandinka.</p>
Inquirido H	<p>Esta pergunta fez me repensar muito a respeito do ser guineense, até então, não parava para refletir sobre estas coisas.</p> <p>Não conheço bem as cerimônias do grupo social da minha mãe e nem do meu pai, eles são de grupos sociais diferentes, talvez por que nasci em Bissau a capital da Guiné-Bissau e também por não conhecer a terra da minha mãe e do pai.</p> <p>Tudo que sei sobre cerimônias é muito superficial, como demanda a pergunta infelizmente não conseguirei responder de forma cabal, prefiro não arriscar e fico muito feliz pela inquietação que esta pergunta provoca ou provocou.</p>
Inquirido I	<p>TOKA-TCHUR DOS BALANTAS</p> <p>Toka-tchur é uma cerimônia tradicional realizada pelos balantas e outras etnias guineenses. Esse evento é imprescindível para a liberação das almas dos falecidos do "purgatório" (lugar onde as almas ficam presas castigadas e julgadas pelo Altíssimo/Soberano, mas com possibilidade de prosseguir para o "paraíso"). A existência da vida pós morte é, sem dúvida, uma crença incontestável do povo balanta, entretanto, a prosperidade dessa vida depende das ações dos parentes vivos. Na concepção dos balantas existe uma espécie de purgatório para as almas adultas, por terem tido praticado, eventualmente, muitos pecados, portanto, necessitariam de sacrifícios após a morte que pudessem lhes permitir usufruir de descanso eterno, caso contrário, o sofrimento seria eterno. Quem são pessoas que depois de morrerem merecem receber os rituais de toka-tchur? Todas as pessoas adultas, homens e mulheres. Uma pessoa é considerada adulta na sociedade balanta, se for homem casado e ter passado pelos ritos de iniciação, principalmente, de Fó, no guineense equivale ao fanadu sagrado (circuncisão sagrada); se for mulher casada ou ter passado pelos ritos de Kuassi (casamento) ou Buassi, no guineense corresponde à lavagem (rito de purificação para meninas engravidadas antes do casamento), ou seja, na cosmovisão balanta a idade não equivale necessariamente ao grau de responsabilidade na comunidade, para ser</p>

	<p>considerada adulto/a e responsável ou anciã numa aldeia precisa passar pelos trametes rituais. Assim, apenas indivíduos nessas condições podem gozar de privilégios de toka-tchur.</p> <p>Como o toka-tchur é realizado? Tempo e ações: depois de falecimento de um/a parente adulto/a, a família se reúne para decidir se o evento deve ser realizado imediatamente após as cerimônias fúnebres do malogrado, ou marcar um tempo que pode variar de seis meses a dez anos ou mais. O toka-tchur ocorre durante três dias. No primeiro dia, geralmente a tarde, por volta das 17 horas ou 18 horas, inicia-se o evento com o aviso de início das cerimônias às aldeias vizinhas, portanto, o instrumento tocado para levar a mensagem é o Tchekili, um pequeno bombolom que produz sons mais afinados capaz de ser escutado a uma distância média de 4 a 5 quilômetros. Com os toques desse instrumento consegue-se transmitir informações acerca da festa de tchur, apenas pessoas instruídas sobre os sons do tchekili conseguem entender a mensagem, os mais velhos têm essa capacidade e passam para os mais novos, assim vai de geração à geração. O segundo dia é considerado, o dia propriamente dia, “dia di tchur” (o auge da cerimônia), talvez o dia mais importante, pois é nesse dia que são sacrificados os animais e toda festa é proporcionada. O terceiro dia, também importante, visto que é o dia da continuidade e de fim do evento, portanto, os últimos ritos são realizados, os mais velhos se reúnem para avaliar o toka-tchur no finalzinho. Nos dois últimos dias o instrumento tocado é o chamado em balanta de Mbumbur, uma espécie de bombolom de maior porte, com ele é possível produzir sons potentes que despertam sensações emocionais de alegria ou tristeza. Por vezes, quando é tocado as pessoas que entendem dos seus sons cantam e choram, em muitas ocasiões gritam, cantam e dançam de alegria. Tudo depende da mensagem que o especialista desse instrumento proporciona através da sua arte de tocar.</p> <p>Organização e ações: Todos os familiares são comunicados sobre a data de toka-tchur do falecido/a, mencionando a hora, o dia o mês e o ano, em caso de ser realizado não imediatamente após o falecimento, e o local. Cada membro da família contribui na medida da sua possibilidade (financeira, material, etc...). É organizado em formato de festa. Os animais (como vaca, cabra e porcos) são sacrificados e a carne é dividida entre os presentes (convidados, amigos dos parentes e conhecidos em geral). Geralmente os filhos, irmãos ou parentes mais próximos do falecido são considerados donos de toka-tchur, estes recebem presentes de panos/tecidos valorizados localmente, com estes panos se vestem e percorrem os recintos da cerimônia acompanhados de grupos de pessoas que cantam músicas, a ritmo dos bombolons, que exaltam a linhagem da família. As bebidas mais valorizadas nessa festa são vinhos, cervejas e cana (aguardente). Nesse evento, as pessoas demonstram a força, o poder, a riqueza e valores da família.</p> <p>Os ritos essenciais: O sacrifício dos animais, principalmente, vacas/bois e porcos; O uso de cana (aguardente) para invocar os ancestrais a favor do falecido; Uso dos dois tipos de bombolons (tchekili e Mbumbur); Uso de panos para homenagear os parentes mais próximos ao falecido</p> <p>Consequências</p> <p>Toka-tchur é obrigatório, portanto, a família que recusar a realização sofre com maldições do tipo: morte precoce dos membros da mesma família, doenças paralíticas, doenças cognitivas, pobreza extrema, falta de sorte, perda de cultivo, assombração entre outras. Enfim, o toka-tchur liberta a alma do/a falecido/a do “purgatório” para o “paraíso” e traz sossego aos vivos.</p>
Inquirido J	<p>Conforme o questionário, entre as cerimônias que tenho conhecimento e no qual participei, destaco a cerimônia de Ke Kuian na língua mandinga que significa em crioulo fanadu de homi, que quer dizer circuncisão masculina. Este ritual objetiva marcar a fase de transição da adolescência para a vida adulta. Consiste em remoção total ou parcial do prepúcio. O fanadu não se resume somente a essa prática, ela é apenas uma das etapas da cerimônia. No entanto, neste ritual, os ensinamentos transmitidos aos jovens consistem em sua parte fundamental. Essa cerimônia, geralmente, acontece nas matas, que pode durar de dois ou três meses com pessoas cuja idade é considerada pelos mais velhos como adequada para ir à mata. Essa questão da idade varia de povo para povo, pois há grupos em que apenas pessoas acima de 18 anos são submetidas a essa prática, enquanto para outros grupos não há critério de idade como o povo mandinga.</p> <p>Todavia, para grupos que não têm o critério da idade, a criança circuncida, posteriormente, precisa terminar a cerimônia caso não cumprir este ritual na mata, isto é, ir à mata para o processo de nha lon (“conhecer olho”). Isso significa que essa pessoa mesmo tendo removido seu prepúcio não lhe garante a condição de lambe. A não ser se cumprir o resto do ritual do fanadu. Nessa perspectiva, uma pessoa circuncisada muda automaticamente o seu status social, passando a adquirir certas responsabilidades na sociedade, as quais advêm de testes e de</p>

	aprendizados pelos quais passou ao longo dessa cerimônia. Na etnia mandiga, há clã ou uma linhagem é responsável para circuncisar , ou seja, nem todos conseguem ou tem poder/autorização para realiza-la, neste caso, para ser ghamano (a pessoa que circuncisa) precisa de pertencer a uma família que a realiza, mesmo na família existe critérios que requisite a pessoa para tal, entre eles a idade pois herança se da nessa via, mas o aspecto mais importante é o poder sobrenatural, isto é, a pessoa pode ser mais velho entre a linha, Porém se não possuir essa habilidade não consegue assumir essa função, uma das responsabilidades de chamado é mudar e se responsabilizar da vida dos circuncisados. Portanto na cerimonia é usado exclusivamente a língua mandinga
--	--

Fonte: dados da pesquisa.

No que tange à primeira questão, percebe-se que todos os nossos dez inquiridos afirmaram que têm conhecimento acerca de uma cerimônia tradicional guineense e, dentre esses indivíduos entrevistados, alguns afirmaram de modo explícito que os seus conhecimentos sobre a cerimônia referida são superficiais. Quanto aos que não disseram ter conhecimentos superficiais, ao analisar os dados que eles nos fornecem, fica visível que alguns deles não têm o conhecimento cabal dessas cerimônias, como afirma o Inquirido H.

Os dados coletados a partir dessa primeira questão mostra que, no universo de dez (10) entrevistados, apenas dois conhecem uma cerimônia tradicional guineense de forma cabal, porque conseguiram responder à questão com todos os detalhes necessários. Por outro lado, oito entrevistados conhecem de forma superficial, o que era esperado porque a cultura guineense, a tradição e, de modo geral, o conhecimento endógeno, não são ensinados na escola. Esses assuntos são ensinados, exclusivamente, nas comunidades, através das línguas locais, línguas essas que são alvos de preconceitos por causa de uma visão eurocêntrica que é característico do ensino da GB e da elite guineense. Assim, a pesquisa com pessoas escolarizadas não podia trazer dados diferentes desses que temos.

As línguas utilizadas para realização dessa cerimônia variam de etnia para etnia, no caso da etnia Pepel, o grupo étnico ao qual pertencço, a língua usada é Pepel, no grupo étnico Balanta acredito que a língua usada é Balanta, em Mandinga a língua utilizada é mandinga e todas essas línguas não possuem escritas formalizadas. À vista disso, são línguas de tradição oral, pois todas as práticas são feitas de modo oral, por exemplo, na cerimônia de circuncisão da etnia Mandinga/Mandinka, segundo o entrevistado (G), há uma figura denominada de “os N’ghamanó são conhecedores da língua mandinka e kriol, pelo que todo o processo é feito na língua mandinka e kriol”.

Isto posto, acreditamos que a maioria das práticas culturais e valores inerentes a essas sociedades ainda estão preservados nas línguas locais e na mente das pessoas, ou seja, são conhecimentos orais, isso torna essas línguas um instrumento fundamental no reforço da identidade de cada grupo étnico que forma o povo guineense. Assim sendo, cremos que os

governantes deveriam dar os devidos valores as línguas locais através da sua inserção no ensino da Guiné Bissau, porque a maior parte do conhecimento referente ao país, quiçá todos, ainda estão preservados nessas línguas que são de tradição oral. De acordo com Bâ (2010), quando se fala da tradição oral em união a história africana, trata-se da tradição oral, nenhum ensaio de penetrar a história e os espíritos dos seus povos será válido a não ser que se apoie nessa herança de conhecimento, a qual é transmitido de boca a ouvido, de mestre ao seguidor, ao longo dos séculos e gerações. A fala do Bâ pode ser entendida como chamada de atenção no sentido de não desprezar as práticas orais no sistema de ensino.

Em conclusão, vale ressaltar que o ensino guineense mantém uma lógica colonial, pois os conteúdos ministrados nas escolas da GB estão muito distantes da realidade guineense. Por exemplo, nenhuma língua endógena é utilizada como língua de ensino, as histórias do país não são ensinadas na escola e nem as literaturas, tanto orais como as escritas. Sendo assim, a consequência disso é ter uma população alienada, a qual desconhece as suas práticas e, por consequência, desvaloriza a sua própria cultura.

Quadro 3 - Respostas da segunda pergunta

Pergunta-2 É do nosso conhecimento que a educação, a qual recebemos em nossos lares na sociedade africana, é baseada na oralidade. Qual é o papel que a contação de histórias e estórias desempenham na construção do conhecimento dos guineenses? Quem conta essas histórias? Quem as escuta e participa desses momentos?	
Inquirido A	A estória é muito importante não somente em criar laços fraternais, mas também ajuda, sobretudo, na construção de um imaginário cultural. O contador da estória pode ser qualquer um, mas, comumente, é contado por mais velho. Dado que ele agrega mais experiência de vida e conhece mais as estórias.
Inquirido B	A oralidade continua sendo uma das principais formas de transmitir conhecimentos entre pessoas de gerações diferentes na sociedade africana. É por meio dela que se educa e se transmitem valores morais, contando histórias. As histórias contadas raramente são vazias de lições de moral, a maioria delas tem um papel instrutor e disciplinador, por meio de um personagem vencedor ou desgraçado em consequência das suas ações. Estas histórias são geralmente contadas no período da noite, por pessoas idosas
Inquirido C	Acredito que a contação das histórias desempenha um papel fundamental nas nossas vidas, principalmente na construção de conhecimento, a maioria de nós jovens guineenses crescemos num meio onde os pais nunca frequentam as escolas e acreditamos em maioria dos casos que eles/as são as nossas referências de vida, as vezes o papel que essas contações de histórias desempenham nas nossas vidas é por exemplo crescer e escutar um dos seus pais a dizer que frequentar escola é que torna um ser humano digno, e acreditamos que estudar de certo modo pode mudar as nossas vidas. Cresci numa família que tanto o meu pai como a minha mãe amam contar as suas histórias de vidas, lembro que tanto eu como os meus irmãos adorávamos escutar essas histórias.
Inquirido D	Histórias e estórias têm a função de relacionar as novas gerações com as antigas, permitindo a continuidade de práticas, modos-de-vida e manifestações culturais e tradicionais de uma linhagem ou de um grupo de povo; grande parte das histórias são contadas pelas pessoas mais velhas da família (avó e avô); Geralmente, as pessoas mais novas (crianças) netos e netas de uma família são as que mais escutam as histórias e estórias contadas como na minha família por exemplo.

Inquirido E	A contação da História é prática que atravessa o processo constitutivo dos sujeitos africanos, porque, por ela, são ensinadas os valores da vida a depender da moral da história contada por avô(ó). Os meninos aprendem o que é ter personalidade, ser honesto, ter empatia... Quase sempre, esse ritual ocorre só a noite. Os mais velhos contam histórias para os mais novos com intuito de instruí-los de como podem comportar na sociedade. Estás história, muitas das vezes, carregam significados extra linguísticas, um significativo que ajuda na educação dos mais novos.
Inquirido F	Quando crianças, penso que contação de estórias se caracteriza como algo interativo de diversão. Porém, com o passar dos tempos, acabamos por dar conta que a sua importância reside no fato dela ser uma ferramenta de transmissão do conhecimento de geração à geração. A contação de estórias é por si só conhecimento. Geralmente são contadas pelos mais velhos, e acaba sendo memorizada pelos mais jovens que também ganham essa habilidade de contar. Todos participam dela: velhos, jovens, adultos, crianças etc... Acaba sendo um momento de convivência familiar e comunitária.
Inquirido G	O papel da oralidade na África é fundamental, pois através dela, hoje, todo o conhecimento que se sabe, que se constrói basea-se nela, por conta de a alfabetização chegar muito tarde na África e por outros motivos. Falando especificamente da Guiné-Bissau, toda as histórias e estórias daquele povo foi passado de boca em boca. Eu mesmo, tudo que sei sobre meu país, foi contado por mais velhos, não há muita literatura escrita sobre a minha terra, por isso a oralidade deve ser preservada. É de suma importância frisar que como antigamente não existiam as escolas as pessoas não foram alfabetizadas por conta do proveito dos invasores, os nossos ancestrais encontraram esse jeito para preservar suas histórias. Sobre o tráfado, quem conta, quem escuta e os participantes, acontece o seguinte, sempre é o mais velhos é quem conta por que ele sabe mais, é uma obrigação saber mais histórias do que mais novo, há exceção. O mais novo escuta, e todo mundo pode participar, exceto quando é específico, somente para as mulheres, homens, crianças ou adolescente, daí participa somente o grupo que especificado.
Inquirido H	A narração de estórias constitui um mecanismo cultural extremamente importante para a transmissão dos conhecimentos tradicionais de geração em geração. Através das estórias contadas sensibiliza-se, entretém-se, informa-se e educa-se sobre valores culturais, históricas, sociais e espirituais da vida local. Os gêneros mais usados para narrar estórias são as fábulas cujas personagens habituais são lubu ku lebre (o lobo e a lebre). Os enredos presentes nessas estórias carregam traços de humor, mais com noções educativas, uma vez que, esse gênero literário termina com uma lição de moral. As narrativas dos contos, fabulas, romances e outros gêneros literários influenciam diretamente ou indiretamente nas crenças das pessoas sobre os acontecimentos concretos e abstratos, tais como a prosperidade de um indivíduo ou grupo de pessoas, azar, maldição, existências de espíritos em um determinado lugar (lugar sagrado), de feiticeiros/as entre outras. Geralmente, as pessoas mais velhas ou mais experientes de uma moransa (um conjunto residencial) narram as fabulas e outros tipos de estória para os mais novos (crianças, adolescentes e jovens) com o intuito de educa-los sobre certos assuntos, justamente, porque sabem do poder de atingir e moldar o psicológico das pessoas que essa ferramenta oral dispõe.
Inquirido I	A contação de histórias desempenha um papel primordial na educação das crianças e na construção da identidade histórica e cultural dos guineenses. Na medida em muitos contextos, a contação da história constitui principal forma de transmissão ensinamento de grupo étnica às gerações mais novas, nessas histórias são carregadas de conjunto de valores indissociáveis a cultura, língua, história e condutas morais do grupo em que a criança pertence. Pois, a história sempre desenrola em torno da realidade da comunidade, no final deixa grande momento de reflexão aos participantes, que visa a reforçar respeito aos mais velhos, a solidariedade comunal, importância do trabalho, da honestidade, como o bem e incentivando e recompensado e como o mal e desincentivado e punido, tudo isso é passa do de forma lúdica e prazerosa às gerações mais novas por meio de circularidade, que realmente é contada por uma velha ou velho, com a presença dos mais novos a volta de uma figueira ou noites de luar.
Inquirido J	A contação de história e estória têm como o papel principal a instrução ou transmissão do conhecimento, valores, também tem o papel de educar o indivíduo. Tanto a história como a estória é narrada por mais velhos (avó, avô, mãe, pai, tio tia, irmão e irmã), e é escutada por mais novos (filhos e netos).

Fonte: dados da pesquisa.

As narrativas têm um papel fundamental na cultura guineense, pois é um meio utilizado por mais velhos para transmitir o conhecimento aos mais novos. Na GB, são utilizados dois tipos de narrativas para transmitir o conhecimento, as quais são histórias e estórias. Com base em vários textos que lemos entendemos que a história é uma narrativa composta de fatos reais, a estória de modo geral é designada de narrativa de ficção ou história imaginária. Ambas são utilizadas para educar e instruir os indivíduos mais novos sobre diversos conhecimentos. A contação de história é uma forma de transmitir o conhecimento com mais leveza, porque o momento de narração de história ou estória não serve exclusivamente para a aprendizagem, também é o momento de diversão. Por exemplo, segundo o inquirido (H): “A narração de estórias constitui um mecanismo cultural extremamente importante para a transmissão dos conhecimentos tradicionais de geração a geração. As estórias contadas sensibilizam-se, entretém-se, informam-se e educam-se sobre valores culturais, históricas, sociais e espirituais da vida local”. Na visão do inquirido I, a contação de histórias desempenha um papel primordial na educação das crianças e na construção da identidade histórica e cultural dos guineenses. Em muitos contextos, a contação da história constitui principal forma de ensinamento de um grupo étnico, essas histórias são carregadas de conjunto de valores indissociáveis à cultura, língua, e condutas morais do grupo.

Desse modo, entendemos que a narrativa tem grande importância por causa dos ensinamentos que transmite, os quais contribuem com a formação dos indivíduos com cultura e valores inerentes a GB. A título de exemplo, de acordo com o entrevistado (E), a contação de história é a prática que atravessa o processo constitutivo dos sujeitos africanos, porque, por ela, são ensinados os valores da vida a depender da moral da história contada por avô(ó). Os meninos aprendem o que é ter personalidade, ser honesto, ter empatia, sendo assim, os guineenses não devem ser desligados dessa prática, ou seja, esta prática deve ser introduzida no ensino formal porque, atualmente, o conhecimento proveniente do ensino formal é mais valorizado em relações aos saberes do ensino ou instrução informal.

O ato da narração é o momento muito importante, porque é o momento de encontro de gerações, em que o mais velho se junta num sítio com os mais novos para partilhar o conhecimento e vivência. Também esse momento de contação de história ou estória é o ambiente de fortificação de laços afetivos e identitários entre as crianças da mesma comunidade e entre velhos e as crianças, pois o momento serve para que crianças possam entender que todos na comunidade são famílias, ou seja, o momento serve para fortalecer o espírito da coletividade, como podemos ver na resposta do entrevistado (I): a história narrada sempre desenrola em torno da realidade da comunidade, no final deixa grande momento de

reflexão, que culmina com a importante lição, que visa reforçar respeito aos mais velhos, a solidariedade comunal, importância do trabalho, da honestidade, como o bem é incentivado e recompensado e como o mal é desincentivado e punido, tudo isso é passado de forma lúdica e prazerosa às gerações mais novas.

Além do que foi descrito acima, a contação de história servia e serve para preservar os nossos hábitos, costumes, tradições locais etc. Porque nossos ancestrais valorizavam apenas a modalidade oral, alguns recusavam a instrução eurocêntrica, sendo assim, a oralidade é muito importante para a manutenção dos conhecimentos endógenos porque a maioria dos saberes endógenos ainda estão na memória dos mais velhos, ou seja, a prática oral realimenta a memória, a história e revigora a consciência coletiva dos mais distintos grupos socioculturais e étnicos.

De acordo com o que foi descrito aqui, pode-se entender que a oralidade é um grande veículo de construção e difusão do conhecimento, também a produção do conhecimento oral é complexa, porque conhecimento é construído sem suporte escrito e isso exige uma boa capacidade de reflexão e memória para não esquecer o saber construído.

Para finalizar, acreditamos que escrita é importante para sociedade porque atualmente nos auxilia muito, não necessitamos decorar todas as narrativas e outras práticas da oralidade para depois transmitir aos outros indivíduos, mas ao mesmo tempo eliminou os elementos da oralidade que possibilitava uma aprendizagem divertida, por exemplo, entonação, prosódia, presencialidade, performance, além do mais, com a oralidade, a aprendizagem podia ser em qualquer sítio, todavia com escrita não, porque é necessário um lugar silencioso para que o estudante possa focar na leitura. De modo particular, na GB, a escrita contribuiu muito para desvalorização da oralidade devido a forma que foi introduzida no país, afirmamos isso porque a EE foi implementada na GB por colonizador e o objetivo era alienar os guineenses para que a exploração pudesse acontecer de forma tranquila, desse modo, a EE deixava e deixa de fora a cultura, a língua e todas as formas de construção do conhecimento do povo da GB, classificando-as de práticas primitivas e todas essas práticas são orais, à vista disso, de modo ingênuo colocamos a oralidade na posição de inferioridade.

Nesta segunda questão, todos os informantes afirmam que tanto a história como a estória têm como papel: transmitir o conhecimento, os valores morais e culturais, ou seja, tem a função de esculpir o Homem consciente das suas histórias e valores inerentes a sua sociedade e esse processo ocorre de uma geração para outra, como a sociedade africana e em particular a sociedade guineense é uma sociedade em que oralidade tem muita força. A responsabilidade de

transmitir esses conhecimentos e valores é reservada aos mais velhos, porque têm mais vivências e por consequência mais aprendizagens.

Acreditamos que todos os inquiridos conseguem explicar o papel da história e estória porque é um meio fundamental para educar os guineenses, desse modo, a contação de estória e história fazia parte da vida da maioria ou de todos os guineenses, mas atualmente com o avanço tecnológico achamos que muitos guineenses não escutam mais história, porque muitas famílias que vivem nos centros urbanos enxergam a escola e os programas televisivos como meio mais importante para a educação dos miúdos, sendo assim, descartando a contação de história. Todavia, tanto os conteúdos escolares como os programas televisivos estão muito distantes da cultura e valores endógenos construídos, por meio da oralidade, ao longo da existência da sociedade guineense e transmitido de geração a geração. Desse modo, o abandono da contação de história e estória pode ter como consequência o desconhecimento e estranhamento da cultura e valores próprios do país por parte dos guineenses e consequentemente o abandono das práticas endógenas.

Quadro 4 - Respostas de terceira pergunta

Pergunta-3 Sabemos que os curandeiros são médicos tradicionais que não têm conhecimentos científicos, todavia têm experiências e conhecimentos de longos anos de aprendizado realizado por meio da oralidade. Como acontece o processo de construção de conhecimento entre um curandeiro e o seu aprendiz? Como atua o curandeiro para curar os pacientes?	
Inquirido A	Não sei a resposta.
Inquirido B	Meu avô, por exemplo, era um curandeiro, que curava os seus pacientes ora usando folhas de árvores, ora por pedaços retirados de tronco de uma árvore. Depois da sua morte, quem passou a tratar os pacientes, é o meu tio, que aprendeu a tratar pessoas com o seu pai. O transmissão aconteceu oralmente, com acompanhamento/observação atenta do aprendiz.
Inquirido C	Nunca participei de perto desta prática, mas já ouvi dizer que tem bons curandeiros e que geralmente eles passam os aprendizados para os seus filhos ou por seus familiares mais perto.
Inquirido D	Eu não sei responder sobre isso! Obrigado.
Inquirido E	Não sei responder isso.
Inquirido F	O processo de aprendizagem neste caso acontece por meio da oralidade. Os mestres explicam constantemente os seus aprendizes para que eles podem aprimorar a prática. Todo este processo, geralmente, ocorre de forma oral.
Inquirido G	Um curandeiro atua para curar. Quando ele recebe um paciente, ele usa do seu conhecimento para curá-lo. Eu não sei como eles atuam para curar, mas sei que te dão algo para tomar, quando necessário, e explicam todo o procedimento necessário para tomá-lo. É como faz um fisioterapeuta, por exemplo. Ele te dá medicamentos e te recomenda procedimentos necessários. Um curandeiro age dessa forma. Avalia, faz diagnósticos e te dá medicamentos que ele julgar melhor para o seu caso.
Inquirido H	Eu diria que as práticas dos curandeiros também é um saber científico, por que alguns deles conseguem "curar" mesmo, já ouvi e vi que um doente foi diagnosticado com uma doença no hospital e só com o curandeiro conseguiu a cura e quando voltou para hospital fazer o mesmo exame ficou livre da doença. O processo de aprendizagem entre o curandeiro e o seu aprendiz acontece também na oralidade, não é fácil, por que o aprendiz deve aprender com que se faz e decorar vários tipos de receitas para as doenças que eles tratam e são vários. O aprendizado têm dois momentos: a teoria e a prática, o aprendiz depois de aprender a

	<p>fazer as doses e misturas das receitas de uma forma cabal ele é testado na prática, por isso é um processo complexo, não pode haver equívoco.</p> <p>A atuação do curandeiro é similar a um atendimento médico num hospital, ele faz consultas e diagnóstico para depois atuar e passar os remédios para o problema, vale ressaltar que alguns precisam chamar um ser superior para ajudar no processo da cura, depende do tipo do tratamento, nem todos os tratamento que uma ou um curandeiro/a vai precisar buscar esse "ser superior" que não é Deus para buscar a cura.</p>
Inquirido I	<p>O processo de construção de conhecimento entre um curandeiro e o seu aprendiz acontece de forma natural e quase espontâneo. Em muitos casos, os curandeiros tradicionais atuais, foram aprendizes dos seus mestres no passado, ou seja, é uma prática passada de geração em geração. Os curandeiros não escolhem os seus sucessores, mas estes os procuram e escolhem a profissão pela vocação própria. Toda vez que o mestre vai ao mato a procura das plantas medicinais é acompanhado por uma criança ou um jovem que por acaso se aproxima dele por vontade própria em circunstâncias inexplicáveis, então o aprendiz observa sem a intenção de querer aprender, mas aprendendo. Com o passar de tempo o aprendiz se torna conhecedor das plantas medicinais e apto para exercer a função, é dessa maneira que ocorre a unção divina sobre os jovens aprendizes. Em muitos casos eles não conseguem explicar exatamente como o processo se deu. Os mestres tradicionais trabalham com as raízes, folhas e pedaços do caule de plantas localizadas em lugares específicos. A retirada das raízes ou folhas é feita num período de dia ou noite específico, cada raiz ou folha tem um horário adequado para sua retirada e preparo. Os procedimentos para cuidar dos pacientes são incríveis e quase inexplicáveis. Muitos dos mestres trabalham com espíritos ancestrais e sobre naturais. Em conformidade com explicações dos pacientes com lesões (Como fratura nas pernas ou braços), por exemplo, que já passaram pelos curandeiros, o processo de cura era misterioso, pois durante o dia, os curandeiros colocavam um tipo de líquido e folhas de árvore no lugar fraturado, entretanto, no momento nada se sentiam, mas, a noite recebem pessoas estranhas (espíritos) que lhes massageavam e sentiam dores intensa e não podiam escapar deles. Depois de um tempo, mais ou menos de uma semana, ficaram curadas.</p> <p>Considero de certa forma a presença de um ou mais curandeiro em cada aldeia ou morança são os mais velhos que tem conhecimento de fitoterapia com objetivo de cuidar da família e da comunidade. Assim sendo, é um processo que se transita de mais velhos para mais novos, a sua aprendizagem se dá de forma prática, ou seja, aprendiz sempre é acompanhada de mestre ou mestra observando, escutando e praticando paulatinamente, lembro-me que a minha avó dizia que existe horário certo para poder ir procurar uma determinada planta e existe também a forma de podar e segurar, tudo isso é aprendido na oralidade sob a orientação dos mais velhos. A prática de cura depende de caso e do contexto, existe remédio que precisa ser fervido, outros não necessitam seguir este processo, outros são usados para beber enquanto outros servem para tomar banho ou amarrar no corpo. Portanto, antes de tudo isso a situação de paciente é analisada por curandeira/o para poder decidir como será o processo de cura.</p>
Inquirido J	Não sei responder.

Fonte: dados da pesquisa.

Nesta terceira questão, no universo de dez (10) inquiridos, cinco (05) afirmaram que não sabem responder o que significa que desconhecem essa prática, um (1) informante diz que nunca participou de perto dessa prática, todavia ouviu falar sobre o assunto. Outros quatro (4) entrevistados demonstraram conhecer os processos de construção de saberes que envolve a figura do curandeiro, sendo que apenas um desses entrevistados explicou essas questões com bastante apropriação.

Posto isto, acreditamos que o distanciamento do assunto demonstrado por aqueles que afirmaram que não souberam responder, ou não apresentaram familiaridade com o assunto,

pode ser decorrente do atravessamento colonial sofrido pela GB e/ou pela manutenção da lógica colonial na atualidade. Talvez muitos desses entrevistados podem ser de famílias cristãs (ou mesmo muçulmanas) e os curandeiros ou médicos tradicionais, como pertencem a religiões autóctones, são vistos como feiticeiros/feiticeiras por adeptos da religião cristã ou muçulmana. Dessa forma, pessoas dessas religiões não procuram tratamento junto a esses curandeiros, procurando, às vezes, só em casos extremos, ou seja, quando elas não encontram solução científica. Mesmo assim, essas famílias fazem questão de esconder para toda gente que foram curados por curandeiros tradicionais, porque é algo considerado escandaloso para a fé que professam.

Quanto ao entrevistado (C) que disse que apenas ouviu falar sobre o assunto tratado, achamos que pode pertencer a uma das duas religiões não autóctones presentes na GB, mas mesmo assim, de algum modo pode ter convivido com as famílias que acessam o curandeiro. Esses lhe explicaram como ocorre o processo tanto de construção do conhecimento como de cura. Os quatro informantes que afirmaram conhecer os processos de cura utilizado por curandeiro podem ser pessoas de religiões autóctones, ou do interior, porque pessoas que pertencem a religiões endógenas procuram os curandeiros com mais frequência, também os indivíduos de interior, por carência de centros de saúde, procuram mais o curandeiro, sejam eles das religiões endógenas ou exógenas

No que diz respeito à cura, há doenças que às vezes os médicos não conseguem curar, os curandeiros conseguem através da oração em língua étnicas e raízes ou folhas medicinais, por exemplo, a Febre amarela, ainda na GB é curada só com remédios que o curandeiro faz, porque os remédios feitos cientificamente não conseguem. Como afirma o inquirido (H), já ouvi e vi que um doente que foi diagnosticado com uma doença no hospital e só com o curandeiro conseguiu a cura e quando voltou para hospital fazer o mesmo exame ficou livre da doença. Esses conhecimentos tanto de cura como de instrução ou educação é a prática da oralidade que foram utilizados milhares de anos pela população guineense, é inerente à cultura da GB, porque é construído baseado nos saberes e nas línguas locais.

Desse modo, com a observação dos dados de modo geral, pode-se perceber que a colonização contribuiu muito para desvalorização das práticas orais existentes na Guiné-Bissau, através da religião e do ensino implantados na época colonial.

O catolicismo que foi levado para GB pelos colonizadores portugueses demonizavam os rituais sagradas dos nativos por meio de catequese e convidavam os nativos a batizar e a afastar das práticas que eles julgavam pecaminosas e aqueles que aceitavam batizar mudavam de nome e começavam a assimilar a cultura europeia e, ao mesmo tempo, eram

impedidos de participar de qualquer prática endógena e isso contribuiu para o apagamento da cultura guineense, principalmente em Bissau, que era o capital da Guiné-Portuguesa. De acordo com Cabral e Andrade (1978):

O ensino das populações africanas foi deixado inteiramente às missões religiosas, sendo as católicas (90%) pagas pelo governo português; as protestantes (48) não recebiam qualquer subsídio. Esse ensino caracterizava-se basicamente pelo papel que lhe era imposto pelas diretivas oficiais: fazer do africano um português, levando-o a esquecer todas as tradições culturais e históricas nacionais. Por exemplo: só era permitido o ensino da língua portuguesa; nada se aprendia sobre as tradições literárias e artísticas dos povos angolanos, caboverdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses, sobre sua história etc. (Cabral; Andrade, 1978 *apud* Cá, 201, p. 211).

Esse modelo de ensino imposto nas colônias portuguesas contribuiu fundamentalmente para o apagamento da cultura e da identidade guineense, apesar de ter havido resistência da parte dos nativos que continuam a construir e difundir as suas culturas de modo oral, uma vez que não foi contemplada pela educação colonial. A educação colonial não só contribuiu para apagamento da cultura e identidade guineense, como também produziu preconceitos, porque dividia os guineenses entre gentios e civilizados. Desse modo, é necessária a introdução das práticas culturais de todos grupos étnicos em sala de aula, pois isso vai contribuir para que as crianças possam ver a diversidade cultural como algo bom, assim, combaterá os preconceitos. Gentios são todos aqueles que não professam a fé cristã, que não sabem escrever e falar bem o português e que não foi batizado etc. Os civilizados são aqueles que comem a mesa e com garfo e faca, falam bem a língua portuguesa, cumprem o serviço militar e tem a foto do Salazar fixada na parede da sala etc. (Cá, 2011). Infelizmente, ainda muitos guineenses de Bissau chamam as pessoas de interior de gentios, isso demonstra que ainda o preconceito gerado pela educação colonial está enraizado na sociedade guineense e é a consequência de educação ideológica que visava e visa explorar o colonizado. Como disse Ferreira (1977):

Para desenvolver esse espírito do sistema educacional, o regime colonial português havia se associado [...] à Igreja Católica no seu dever colonizador para dar a educação às populações coloniais dentro dos moldes particulares da cultura portuguesa. Era, então, necessário um mínimo de europeização para impor uma ordem social que facilitasse a exploração econômica. Assim, se os africanos assimilassem a cultura e as técnicas europeias com demasiado sucesso, poderiam constituir uma ameaça à dominação colonialista. A Igreja Católica contribuiu grandemente para assegurar as vantagens de assimilação das técnicas europeias, sem os riscos da exploração econômica (Ferreira, 1977 *apud* Cá, 2011).

Com base em tudo que foi exposto até momento, percebe-se que há necessidade urgente de reformar o ensino ou EE porque herdamos um tipo de ensino pautado na perspectiva colonial

que visa nos manter na posição de subalternidade, logo demonizou a nossa cultura e os nossos saberes. Portanto, torna-se necessário o letramento ideológico centrado na visão endógena para reparar o dano provocado pela visão colonial, ou seja, para que todos os guineenses possam respeitar e valorizar a cultura e valores do país. Esse letramento deve ter como base a oralidade, porque era a modalidade usada para a produção e difusão dos saberes endógenos quando os colonizadores de forma violenta instituíram um sistema de ensino alienador. Para concluir, o letramento ou prática de leitura e escrita deve refletir a perspectiva do mundo dos guineenses, a qual demonstra que a nossa cultura, as nossas línguas não são inferiores em relação a qualquer língua ou cultura do mundo. Isso vai contribuir para que tenhamos consciência da multiculturalidade e enxergar a nossa diversidade cultural como grande riqueza.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desse trabalho, pensou-se que o letramento escolar vigente na GB não refletia a realidade do país. Por isso, julgou-se fundamental discutir acerca da possível adoção de um modelo de ensino que focasse a tradição oral como instrumento de letramento na GB, como modo de contribuir para reflexões que possam fundamentalmente melhorar o nosso ensino. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral analisar como o letramento das crianças a partir da tradição oral pode contribuir para valorizar a cultura e valores da Guiné-Bissau. Constatou-se que o objetivo geral foi atendido, porque efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar que na tradição oral estão preservadas quase todas as práticas endógenas, uma vez utilizadas como mecanismo de letramento contribuirá para valorização e respeito à cultura e valores próprios do país.

Entendemos que os objetivos específicos foram, da mesma forma, atendidos. O primeiro deles era descrever o letramento dentro do contexto da formação dos guineenses. A partir das discussões apresentadas no Capítulo 2, vimos que o letramento ideológico realizado na GB visa manter ainda os guineenses na alienação. Por isso defende-se ser fundamental adotar um letramento ideológico decolonial, baseado na tradição oral da GB, com vistas a um projeto de emancipação cultural, social e política do país.

O segundo objetivo específico era definir o letramento na perspectiva africana. Asseveramos que o letramento ideológico na perspectiva africana, de um modo geral, e na visão guineense, de modo específico, deve ser entendido como atividade que abrange todas as práticas endógenas, as quais visam reparar os danos causados pela colonização. Isso vem a contribuir para ações políticas que visem combater os preconceitos em relação ao saber e à cultura endógena, além de preservar a multiculturalidade como riqueza da GB.

Já o terceiro objetivo específico era explicar a importância do letramento por meio da tradição oral para o desenvolvimento e a socialização das/dos estudantes numa perspectiva multicultural. Foi demonstrado que letramento a partir da oralidade pode fazer com que estudantes possam viver num ambiente multicultural sem nenhum estranhamento. Isso porque a cultura e a produção de saberes no seio da sociedade guineense se dão pela oralidade, não havendo qualquer perda, prejuízo ou comprometimento de seu desenvolvimento social e cultural por conta das práticas orais realizadas.

A pesquisa partiu das seguintes hipóteses: a) letrar com base na tradição oral pode contribuir para que as crianças de diferentes etnias olhem para a diversidade cultural existente no país, como algo potencial e diferente, e não como inferior; b) a introdução da tradição oral

de todas as etnias da Guiné Bissau no ensino pode cooperar para eliminar alguns preconceitos linguísticos e valorizar as práticas culturais existentes na sociedade guineense; c) trabalhar o letramento por meio da oralidade em sala de aula pode contribuir muito para valorizar a cultura, resgate dos valores dos nossos ancestrais e no combate ao eurocentrismo. Durante o estudo, constatou-se que é fundamental fazer o teste dessas hipóteses, e a pesquisa constatou que as hipóteses foram confirmadas porque compreendemos que o letramento através da tradição pode combater os preconceitos e contribuir para valorização das culturais locais.

No que diz respeito ao problema da pesquisa, vimos que a pesquisa conseguiu responder o problema, pois demonstrou que o letramento por meio da tradição possibilita que a população tenha consciência da cultura da GB e valores próprios da sociedade guineense, isso tem como consequência respeito e valorização da cultura e valores do país.

Como vemos que a oralidade não tem nada de inferior, todavia, a sua inferiorização tem a ver com a questão ideológica e especificamente a ideologia eurocêntrica, por isso, é importante saber que quando se desvaloriza, se desrespeita e se estereotipa as práticas culturais e as línguas de um povo é o povo que está sendo inferiorizado e não é a prática em si. Sendo assim, nós como um povo devemos exigir o respeito aos nossos saberes e as nossas práticas, mas primeiro devemos exigir esse respeito a nós mesmo para depois exigir os outros e essa exigência deve ser colocação da tradição oral no ensino em substituição às práticas colônias.

Podemos ver que o resultado obtido a partir desse trabalho aponta favoravelmente a introdução da literatura oral no ensino (escola) como meio de letramento numa perspectiva ideológica a qual objetiva combater o pensamento eurocêntrico que desvaloriza as práticas endógenas. Os desafios para a sua materialização não pareciam fáceis, tendo presente não apenas o que descrevemos, entretanto, sobretudo a vontade política em fazê-lo, num país em que quase tudo é prioridade e existe aquelas que são sacrificadas em prejuízo de outras, consideradas primordiais. Por fim, para uma futura evolução da pesquisa sobre a temática, seriam interessantes estudos que investigassem o procedimento para o ensino de tradição oral em sala de aula: narração de história/estória e música; ou que buscassem desenvolver pesquisa com vieses idêntico a este com os professores e estudantes guineenses na GB.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Verónica Cristina Noémia. **Alfabetização e letramento na Guiné-Bissau: conceitos, fronteiras e preceitos despercebidos**. São Francisco do Conde-BA, 2023. A477a - Monografia (graduação), Instituto de Humanidades e Letras/Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde-BA, 2023.
- ARRUDA, Leticia *et al.* A alfabetização e letramento como ferramenta de inserção do sujeito. **Ver Espacios**. Vol. 40 (Nº 23) Ano 2019.
- ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz De; REIS, Maurício De Novais. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico** – n.202 – Març/2018 – mensal – ANO XVII – ISSN 1519.6186.
- BÂ, Hampaté Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed. rev. UNESCO. Brasília., 2010.
- CÁ, Ocuni Lourenço. Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos países africanos de língua oficial portuguesa (palop). **ETD – Educ. Tem. Dig.** Campinas, v.13, n.1, p.207-224, jul./dez. 2011.
- CHAER, Mirella Ribeiro; GUIMARÃES, Edite da Glória Amorim. A importância da oralidade: educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. **Pergaminho-Centro Universitário de Patos de Minas**, (3), v. 71, p. 88, 2012.
- DE Novais Reis, Maurício; DE Andrade, Marcilea Freitas Ferraz. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista espaço acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GNERRE, Maurizio. **Considerações sobre o campo de estudo da escrita**. In: Linguagem, escrita e poder. São Paulo, 1985.
- GUIA GEOGRÁFICO DA ÁFRICA. **Mapa político da Guiné-Bissau**. Disponível: <http://www.africa-turismo.com/mapas/guine-bissau.htm>. 2013. Acesso: 10 jun 2022.
- HOUNTONDJI, Paulin J. (Org.). **O antigo e o moderno: a produção do saber na África contemporânea**. Luanda: Mulemba; Mangualde: Pedagogo, 2012. 466 p. (Coleção Releer África). ISBN 9789898449825.
- MARCUSCHI, L. A. Oralidade e escrita. **Signótica**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 119–146, 1997.
- MENDES, Lionel. **Sistema do ensino colonial no período da luta pela independência**. In: **Educação tradicional africana e suas características**. (Des)caminhos do sistema de ensino guineense avanços, recuos e perspectivas. Ed. CRV. Curitiba-Brasil. 2019.
- NAMONE, Dabana. **Educação tradicional e moderna na Guiné-Bissau e o impacto da língua portuguesa no ensino: caso das crianças da etnia Balanta Nhacra de Tombali**. Unesp, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; ERNANI, Cesar de Freitas. **Metodologia do Trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Fernanda Borges Vaz. PICALHO, Antonio Carlos. CUNICO, Leticia. FADEL, Luciane Maria. **Abordagem interpretativista e método qualitativo na pesquisa documental:** descrição geral das etapas de coleta e análise de dados. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, V.17, nº 1, p.100-113. TRI I 2023. ISSN 1980-7031.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Alfabetização E Letramento:** Perspectivas Linguísticas. Ed. Mercado Letras. 2012.

SANÉ, S. Os desafios da educação na Guiné-Bissau. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil v.27, n.1, p.55-77, jan./jun. 2018.

SANTOS, Vinícius Gonçalves dos. **Aspectos prosódicos do português de Guiné-Bissau:** a entoação do contorno neutro. São Paulo, 2015. 226 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23ª. ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento:** Um tema em três gênero. 3ª ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

DOS SANTOS, Sheila Rodrigues. Letramento multicultural: uma aprendizagem tecida no cotidiano. **Grau Zero - Revista de Crítica Cultural**, v. 3, n. 2, p. 161-176, 2015.

VENTURA, Jaqueline. Educação ao longo da vida e organismos internacionais: apontamentos para problematizar a função qualificadora da Educação de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 29-44, 2013.

WORLD BANK. População total – Guiné-Bissau. 2022. Disponível: <https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL?locations=GW>. Acesso: 10 jun. 2022.